

Universidade Federal do Ceará – UFC
Faculdade de economia, Administração, Atuárias e
Contabilidade – FEAAC
Curso de Ciências Econômicas

Setor Informal e Desemprego no plano Real.

Maria Rosemeire Bezerra da Silva

Fortaleza (CE), dezembro de 1999. - 2

Monografia submetida a coordenação do curso de Ciências
Econômicas como parte dos requisitos necessários à obtenção do
Diploma de Bacharel.

Setor Informal e Desemprego no Plano Real

Maria Rosemeire Bezerra da Silva.

Prof. Orientador. Maria Goretti Serpa Braga

Fortaleza (CE), dezembro de 1999.

Essa monografia foi submetida à coordenação, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Diploma de Bacharel em Ciências Econômicas outorgado pela Universidade Federal do Ceará.

Monografia aprovada em 03 de dezembro de 1999.

Média...9.0...

Nota 9.0.....

Maria Goretti ~~Serpa~~ Braga
(Orientadora)

Nota.....

Euripédys Ewbanck Rocha

Nota...9.0.....

Jacqueline Franco Cavalcante

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me permitido força e coragem para a realização deste trabalho.

Dedico este trabalho, a minha mãe por sua força e coragem na difícil tarefa de educar e conduzir seus filhos para o melhor caminho. E, agradeço, por me permitir realizar os meus sonhos.

Agradeço a toda minha família pelo apoio e incentivo, principalmente aos meus sobrinhos que sempre pude contar com eles, e que as muitas brincadeiras serviram para fortalecer e embelezar a vida.

Com um carinho especial agradeço a minha orientadora que desempenhou um papel crucial para a realização deste trabalho. Agradeço pelas críticas, pelo apoio e pela paciência.

Agradeço aos Professores Jacqueline Franco Cavalcante e Euripédyis Weubanck da Rocha, pela gentil e valiosa participação para a realização deste trabalho.

Aos meus amigos da faculdade que muito contribuíram com suas presenças no dia - a- dia. Agradeço a amiga Núbia pela força e amizade que me possibilitou caminhar com maior segurança e confiança.

Je dédie cet exposé à une personne très spéciale, ma meilleure amie Claire , pour m'aider dans les moments difficiles avec sa force et sa présence, malgré la distance. Je remercie à Dieu pour son existence et principalement pour être mon amie.

A todos os que foram citados, bem como os que não foram citados, assim não correndo o risco de injustiçar ninguém, o meu muito obrigada.

Resumo

A presente Monografia foi desenvolvida no intuito de acompanharmos a evolução do setor informal da economia, a partir de julho de 1994 ao mês de dezembro de 1999, dada a sua extrema importância dentro do mercado de trabalho no Brasil. Mas, chama-se a atenção, sobretudo, para a gritante desigualdade social no país.

O setor informal neste trabalho é conceituado como formas de produção não - capitalista, consequência da expansão do próprio capitalismo, que ao destruir certas atividades realizadas pela pequena produção, cria e recria espaço para antigas e novas atividades não tipicamente capitalistas.

Destaca-se neste trabalho algumas das principais causas do desemprego, entre elas, o neoliberalismo, o processo de globalização e o Plano real.

Os custos da política econômica são refletidos no setor informal da economia, que se encontra incapaz de absorver grande parte do contingente populacional excluído.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO.....	4
I.1. Introdução.....	4
I.2. Origem do Conceito de Setor Informal.....	5
I.3. Teorias Desenvolvimentistas.....	8
I.4. Críticas às Teorias Desenvolvimentistas.....	9
I.5. Teorias do Setor Informal.....	11
I.6. Estudos do Setor não – capitalistas: Algumas Abordagens Recentes.....	14
I.6.1. Marginalidade.....	14
I.6.2. Produção Simples de Mercadorias.....	16
I.6.3. Formas de Organização não – capitalista.....	18
I.6.4. Mercado Informal de Trabalho.....	19
I.7. O Conceito de Mercado Informal Neste Trabalho.....	21
CAPÍTULO II – NEOLIBERALISMO E O PLANO REAL.....	23
II.1. Introdução.....	23
II.2. O Neoliberalismo.....	24
II.3. O Processo de Globalização.....	26
II.4. Plano COLLOR e a Abertura Comercial.....	29
II.5. Plano Real.....	31
II.5.1. Abertura Comercial no Plano Real.....	33
II.5.2. A Questão da Escolaridade.....	39
II.6. Considerações Finais.....	42

CAPÍTULO III – SETOR INFORMAL: OS CUSTOS DA POLÍTICA	
ECONÔMICA.....	43
III.1. Introdução.....	43
III.2. Categorias do Setor Informal.....	44
III.3. O Funcionamento Geral do Mercado de Trabalho no Brasil.....	46
III.4. O Retrato do Setor Informal no Plano Real.....	50
III.5. Plano Real, Desemprego e o Setor Informal.....	54
III.5.1. A Lógica de Funcionamento da Economia no Plano Real.....	54
III.5.2. Plano Real e o Desemprego.....	59
III.5.3. O Mercado Informal de Trabalho em Fortaleza.....	62
III.6. Considerações Finais.....	65
CONCLUSÃO.....	66
BIBLIOGRAFIA.....	70
ANEXOS	

Introdução

O que se pretende demonstrar neste trabalho é como reage o setor informal da economia num quadro de prioridade para a estabilização macroeconômica seguida de crise e recessão econômica. A maior parte dos planos econômicos adotados pelos governos do Brasil, destacando-se os Plano Cruzado, Plano Collor e mais recentemente, o Plano Real que faz parte do nosso objetivo de estudo, sempre acabam levando o país a uma profunda recessão. Estudos apontam que o grande crescimento do setor informal é reflexo do processo de desenvolvimento desigual e excludente pelo qual vem passando as economias periféricas, ao longo dos tempos, pois o “crescimento econômico” quando se verifica nesses países ocorre paralelamente a um crescente nível de pobreza e marginalidade, não conciliando crescimento com equidade social.

A participação do setor informal na economia brasileira é de grande importância, pois as atividades que estão inseridas nesse mercado tem uma expressiva participação para a formação do Produto Interno Bruto (PIB). Logo, geram ocupação, principalmente em tempos de crise, para considerável parcela da força de trabalho urbana, principalmente para as menos qualificadas, ou simplesmente excluídas do mercado por determinados fatores que tentaremos expor ao longo deste trabalho.

“Para alguns economistas, que pesquisam o assunto, a economia informal brasileira estaria produzindo pelo menos 250 bilhões de dólares além do PIB oficialmente reconhecido de 530 bilhões de dólares”. (Veja: 1995, pg. 90).

O presente trabalho foi desenvolvido no intuito de acompanhar a evolução do setor informal da economia, a partir de julho de 1994, a dezembro de 1999, visto que o setor informal vem assumindo cada vez mais importância dentro do mercado de trabalho no Brasil.

A monografia é composta por esta parte introdutória seguida de três outros capítulos. No primeiro capítulo é feita uma abordagem e conceitual de mercado informal, expondo a origem e a evolução dos conceitos de informalidade com a apresentação das principais teorias, seus pontos convergentes e suas análises conflitivas que permanecem em virtude de terem origem, como veremos em entendimentos distintos da realidade capitalista dos países “emergentes”, termo que é atualmente utilizado para os países que não são desenvolvidos, mas que conseguiram alcançar um determinado nível de desenvolvimento com um elevado custo social.

No segundo capítulo, faz-se uma apresentação do modelo econômico chamado neoliberalismo e tenta relacionar a inserção da economia brasileira neste modelo, através do Plano Real, destacando-se algumas das principais causas que contribuem para o aumento e permanência do desemprego.

No terceiro capítulo, enfoca-se a questão do desemprego enfatizando o papel do setor informal como amortecedor do problema. A questão é saber até quando? Pois o mesmo já demonstra sinal de transbordamento. Oportunamente evidencia-se as diferenças entre características, situação de trabalho e níveis de renda entre os trabalhadores assalariados e autônomos.

Essa distinção é importante, pois existe um preconceito, ou má informação de que o setor informal é composto unicamente por pessoas pobres ou miseráveis. Fato que pode mascarar os baixos salários pagos no setor formal, ou ainda, ocultar “atividades ilegais” por parte de comerciantes que tentam escapar dos vários tributos que são cobrados pelo país, o que dificulta ainda mais a permanência no mercado onde a competitividade é tão acirrada.

populacional excluído pela política de desenvolvimento econômico que vem sendo processada desde final da década de 70 e, ao mesmo tempo o setor informal não deve ser aqui entendido como um benefício, pois o mesmo é resultado direto de um processo agudo de exclusão social.

Capítulo I

Referencial Teórico

I. 1- Introdução

Embora o estudo do setor informal tenha origem teórica nos relatórios da OIT(Organização Internacional do Trabalho) , os vários estudiosos que se propuseram a analisar o assunto, não conseguiram chegar, até o presente momento, a um consenso no que se refere à definição e dimensionamento preciso do que venha a ser setor informal. Esse fato decorre principalmente porque o universo de atividades que o setor informal abrange varia de um autor para outro, e isso tem contribuído para que as mais distintas formas de ocupação sejam enquadradas na economia informal, comprometendo a clareza de seu conteúdo econômico e social.

O estudo do setor informal é muito complexo, pois as atividades que o compõem não são estáticas ou fixas, e que apesar de sua relativa independência, supõe-se que o setor informal seja uma consequência do sistema capitalista e, portanto a ele subordinado.

E, é nesta perspectiva que neste capítulo apresentar-se-ão a origem do conceito Setor Informal e a evolução dos conceitos de informalidade com a apresentação das principais teorias, seus pontos convergentes e suas análises conflitivas que permanecem em virtude de terem origem em interpretações distintas da realidade capitalista verificadas nos países emergentes. A abordagem inicial faz-se com a interpretação da OIT , em seguida apresentar-se-ão algumas abordagens recentes. Conclui-se o capítulo com o conceito de setor informal adotado neste trabalho.

1.2 – Origem do conceito de setor informal

“Um marco importante para a delimitação teórica- definição e natureza de Setor Informal e suas relações com o conjunto da economia- está situado no relatório da OIT sobre Emprego e Renda em Kenya”(Cacciamali: 1983, pg. 17) . Este relatório é uma referência para a discussão do conceito Setor Informal, pois encontram-se detalhado, com maior precisão, quais condições caracterizam as atividades e os trabalhadores informais. É também o ponto de partida para a maior parte dos estudos realizados pela OIT.

O setor informal foi primeiramente delimitado sob a ótica da produção, isto é, a forma como as pessoas ou as empresas organizavam a produção e, também sua posição frente ao conjunto das atividades produtivas, era o divisor do que considerar como informal. (Cacciamali: 1983, pg. 18)

Uma das características comuns entre estabelecimentos informais era a maneira como organizavam a produção, ou seja, a escassez de capital era um ponto comum entre eles, sem falar na defasagem tecnológica, isto é, o uso das técnicas eram pouco complexas e intensivas em trabalho. Pode-se ainda destacar como característica do setor informal e, talvez a que melhor o caracterize, uma quantidade reduzida de trabalhadores remunerados, muitas das vezes membros da própria família ou ajudantes. Em outras palavras, neste setor, as formas de organização da produção não se baseiam na força do trabalho assalariado. A dificuldade encontrada na obtenção de crédito era também um grande obstáculo para se manter no mercado, pois estes estabelecimentos não eram alvos de política governamental. Segundo Gerry, o resultado inevitável da discriminação seria mais ou menos rápida concentração de poder entre os selecionados, relativamente aos concorrentes anteriores, bem como uma aceleração do processo de diferenciação entre os trabalhadores por conta própria. A capacidade produtiva e de mercado torna-se concentrada em cada linha de produção entre as poucas firmas promovidas (pela intervenção estatal).(Gerry in Cacciamali: 1983, pg. 28)

Os estudos realizados pelo PREALC – Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe (Cacciamali: 1983, pg. 21)- afirmam que a origem do setor informal é inerente ao desenvolvimento do próprio capitalismo, não sendo o setor capitalista capaz de absorver toda a mão-de-obra, gera o que Marx chama em sua obra O Capital, de exército industrial de reserva¹ que se auto-emprega para sobreviver, garantindo assim a permanência do sistema capitalista e, as elevadas taxas de lucros que são auferidas. O que se torna ainda relevante para a nossa exposição, é o fato de que tais estudos revelam também que os setores formal e informal participam de um mesmo mercado. Sendo que no setor informal o mercado é caracterizado por um conjunto de atividades pouco capitalizadas, de baixo nível tecnológico, sem que haja divisão entre proprietários do capital e do trabalho e, nesse processo o salário não é a forma mais usual de remunerar o trabalho, mesmo sendo a produção voltada basicamente para o mercado.

Surge então, um problema para esta interpretação. Para os representantes dessa corrente de pensamento, a participação do setor informal em certas atividades produtivas não é permanente, ou seja, se determinada atividade oferece ganhos de escala e alta lucratividade passa automaticamente a ser explorada por firmas capitalistas. Isso implica que o setor informal só tem espaço e participa do mercado 'junto' com o setor formal quando a atividade não for lucrativa para o capital. Toda a dificuldade encontrada pelos estudiosos que se propõem a estudar o assunto, conceituar e dimensionar economia informal, pode ser aqui facilmente entendida. Segundo Cacciamali(1983,pg. 12) a pequena produção ou o trabalho autônomo foi e é continuamente destruído pela imposição capitalista, pela expansão em busca de lucros, pelos avanços tecnológicos e pelos níveis de produtividade logrados. Logo, não podemos dar forma ou conteúdo a algo que está em constante transformação, principalmente em economias tão instáveis como as economias dos países periféricos. O que deve haver é um constante estudo para atualização de dados, destacando quais atividades foram destruídas, criadas ou recriadas. Poder-se-á até arriscar uma definição de setor informal,

¹ Para Marx, a existência de uma população trabalhadora de reserva (contingente desempregados) impede os salários de subirem, quando a demanda de mão-de-obra aumenta. (Sousa, Nali de Jesus:1993,pg.80)

dada tais características, como sendo um processo de 'mutação' subordinado ao sistema capitalista de produção e todas suas peculiaridades.

Uma análise alternativa acerca de economia informal é oferecida por autores marxistas tais como Kowarick, Singer, Souza e Tokman. Segundo estes autores o setor informal é considerado como esfera da produção subordinada ao padrão e processo de desenvolvimento capitalista. "A subordinação reporta-se tanto na ocupação dos espaços econômicos, no acesso às matérias – primas e equipamentos, na implantação de tecnologias, no acesso a créditos, nas relações de trocas, nos vínculos mais concretos de subordinação, como na esfera da produção ou circulação "(Cacciamali: 1983, pg. 24). Neste contexto a intervenção governamental deve se dar como forma de amenizar o desemprego e a pobreza, adotando medidas globais de políticas econômicas e não específicas para o setor em questão, como forma de promover o crescimento econômico, visto que o setor informal não garante crescimento sustentável dadas as suas peculiaridades.

A busca por uma compreensão de um conceito mais claro de setor informal justifica-se , segundo Katz (1986, pg. 329), não unicamente pela demanda acadêmica, mas por outras razões, entre as quais destaca-se em primeiro lugar, que o assunto se relaciona com posições defendidas em debates mais amplos sobre o desenvolvimento econômico e, em segundo lugar porque o modo como se enxerga o mercado informal influenciará os rumos das propostas e das políticas econômicas para o setor.

A seguir apresenta-se um comentário envolvendo as duas perspectivas de desenvolvimento mais difundidas após a Segunda Grande Guerra Mundial; uma Cepalina e a outra, chamada de Modelo Democrático-Burguês², elaborado principalmente pelos teóricos do Partido Comunista Brasileiro.

² Corrente de interpretação gestada pelos intelectuais ligadas ao Partido Comunista Brasileiro para formular uma abordagem marxista da realidade brasileira. Para maiores detalhes ler Mantega, Guido Economia Política Brasileira: 1991, cap.3)

I.3 - Teorias Desenvolvimentistas

Como já foi salientado nas linhas acima descritas, não pode-se pensar em setor informal da economia sem fazer sua associação com o tema desenvolvimento econômico. Essas associações começam com o surgimento deste tema com o objeto de estudo em economia.

O pós-guerra fez surgir no Brasil dois projetos de desenvolvimento: 1) o Modelo Democrático Burguês (MDB) e, 2) a abordagem Cepalina (vertente neoclássica mesclado de componentes keynesianos e de conceitos de mercados imperfeitos). Estes projetos apresentavam pontos de partidas divergentes, mas ambos apresentavam uma visão otimista acerca do desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos, em outras palavras, a promoção de um vigoroso processo de industrialização no país (modelo de substituição de importações) como forma de minimizar a perda ocorrida na periferia como resultado dos injustos termos de troca. A desigualdade dos termos de troca³ se dá pelo fato dos países periféricos terem que exportar somente produtos primários e importar dos centros produtos manufaturados, resultando assim numa transferência de recursos da periferia para o centro.

O que vemos no início da década de 60 é uma completa negação do que foi apregoado pelos representantes dos projetos desenvolvimentistas⁴ (modelo de substituição de importações). O principal problema residia no fato da industrialização não ter ocorrido de uma forma uniforme, ou seja, a industrialização não ocorrera em toda parte, "mas mesmo onde esta tinha avançado como no Brasil, parecia que seus resultados não tinham sido tão

³ O ponto de partida da análise de Prebisch (1949), foi a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, segundo a qual os países deveriam especializar-se naqueles produtos para os quais apresentassem vantagens comparativas de custo. Em outras palavras os países periféricos deveriam exportar produtos primários e importar produtos manufaturados. (Sousa, Nali Jesus de:1993,pg123)

⁴ Oriundo das obras de Celso Furtado, Inácio Rangel e Ma. da Conceição Tavares, herdeiro em

benéficos como se esperava”. A problemática da miséria e de atraso não haviam sido superados. Mas, o que é bem mais grave é que os inconvenientes da má distribuição de renda tinham até se agravado. Entre 1940 e 1960 o emprego urbano aumentara em 4,9 milhões de pessoas, enquanto o rural crescera em 2,9 milhões. Apesar do alto nível de emprego e da melhoria salarial dos migrantes rurais-urbanos e da conquista de alguns direitos antes “impensáveis” (salário mínimo, férias, previdência, saúde e educação pública, etc.) concedidos pelo novo Estado pós-30, a distribuição da renda pessoal na sociedade brasileira sinalizava uma enorme regressividade: os 10% mais pobres da população remunerada economicamente ativa recebiam 1,17% da renda total, enquanto o décimo superior se apropriavam de 39,66% (34 vezes mais alta) (Langoni in Cano: 1990, pgs. 592 – 593). Diante de tal quadro surgem as primeiras críticas a tal modelo, buscando principalmente explicar porque o processo de industrialização pelo qual os países latino-americanos foram submetidos não resultou em superação dos problemas que tanto afeta a população carente, que são, o atraso e a pobreza crônica.

I.4 - Críticas às teorias desenvolvimentistas

Apesar da variedade de correntes de análise acerca das Teorias Desenvolvimentistas, duas merecem neste trabalho um destaque especial. A primeira de natureza reformista, apontava ser a grande falha dos modelos desenvolvimentistas o fato de acreditarem que a industrialização traria por si só o bem-estar social. “Devia-se combinar crescimento com uma política simultânea de melhoria da situação dos menos providos (Redistribution With Growth (RWG))” (Katz: 1986, pg. 334). Esta expressão (RWG), denomina os programas encampados pela OIT que tinha, por objetivo a elevação do nível

sucessão direta das idéias da CEPAL e dos desenvolvimentistas históricos, como Raul Prebisch, Ragnar Nurkse entre outros. Mantega, Guido: Economia Política Brasileira, 1991, pg.20.

de vida das camadas mais pobres como forma de se obter crescimento com equidade social.

Baseando-se neste ponto de vista, vários estudos foram iniciados, Colômbia(1970), Sri Lanka(1971), Kenya (1972), etc. E, constata-se que nos países pobres a maior parte da população possuía empregos precários no sentido de não serem regulamentados e apresentarem péssimas condições de trabalho e baixos salários (mais tarde tal grupo comporia o setor informal) e a mão-de-obra desempregada não deixava de trabalhar, ocupando-se em atividades de baixa produtividade e renda. Baseada em tais estudos, a política adotada pelos países periféricos eram direcionadas para melhorar a qualidade dos empregos e não unicamente à criação de empregos. ” Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que o RWG não só estimulou os estudos acerca de setor informal como também o colocou em posição de evidencia nas discussões políticas em relação a esse tipo de mercado.” (Kartz: 1986,pg.36)

“ O RWG não só conduziu a uma tomada de consciência com respeito ao SI como também dirigiu para o mesmo importante atenção, fazendo assim com que, em termos de política e mesmo de teoria, o SI(Setor Informal) passasse à ordem do dia”.(Katz: 1986, pg. 336)

A Segunda crítica às teorias desenvolvimentistas é liderada pela obra de Paul A. Baran, “ The Political Economy of Growth” (1972). Neste trabalho o que se procura mostrar é que o desenvolvimento do capitalismo nos países subdesenvolvidos se dá de forma parcial, ou seja, as relações de produção capitalista podem prevalecer só para uma determinada parte da sociedade, o que implica que uma grande parte desta se manterá não-capitalista, não por opção, mas basicamente por exclusão . Essa concepção deu origem a um importante grupo de estudos do mercado informal.

1.5 – Teorias do setor informal

Katz⁵ reúne as teorias específicas de setor informal em dois grupos, de acordo com a concepção de desenvolvimento que lhes deu origem. Em primeiro lugar, temos o grupo ligado à RWG, denominado Estudos do Setor Informal (ESI). Para este grupo o setor informal tem origem no próprio modelo que foi imposto aos países periféricos, ou seja, modelo de substituição de importações, poupador de mão-de-obra em virtude de importações e utilização de tecnologia capital-intensiva. Sendo assim, verifica-se uma desproporcionalidade; o crescente contingente populacional que procura inserir-se no mercado de trabalho não encontra posto suficientes para ocupação obrigando-se, a desenvolver algum tipo de atividade para sobreviver.

Associado a este fato, a rápida urbanização elevou o fluxo de migrantes que não foi absorvido pelas atividades modernas, seja por razões tecnológicas ou pelo baixo nível de qualificação desta mão-de-obra, e que viria a compor o setor informal, isto é, “um novo setor tradicional em termos de renda e produtividade e que constitui o mecanismo através do qual procuram subsistir os migrantes que não encontram emprego na área organizada do mercado de trabalho” (Cacciamali:1983, pg.22).

Ressalta-se que na interpretação dos ESI, os setores formal e informal participam de um mesmo mercado; neste ponto o setor informal é caracterizado por atividades pouco capitalizadas, de baixo nível tecnológico, organizadas em bases produtivas muito pequenas e o setor formal caracterizado pela dificuldade de entrada, tecnologia importada e intensiva de capital e operação em larga escala. Esta visão é muito criticada, pois alegava-se a permanência do dualismo (moderno versus tradicional) da década de 60 apesar de evidenciarem as conexões existentes entre setores e a expropriação que o setor informal sofre como resultado dessa ligação.

⁵ Katz, op. cit.

O segundo grupo do mercado informal, filiado à visão marxista, é denominado por Katz⁶ de “Estudos do Setor Não – Capitalista (ESNC)”. Segundo essa abordagem, os países periféricos constituem-se formações econômicas e sociais que abrangem diferentes modos de produção articulados e subordinados a um modo de produção dominante; o capitalismo.

Gerry sintetiza a interdependência entre os setores formal e informal e a posição subordinada deste último ao primeiro: Os pequenos produtores têm muitos vínculos com a grande indústria e comércio – muito mais no contexto de compras do que no de vendas – bem como com diversas instituições do Estado. O mundo do pequeno produtor e do trabalhador ocasional interpenetra aquele das corporações multinacionais, de grande comércio, dos bancos e das agências internacionais. No entanto, como em todas as relações caracterizadas pelo binômio dominação/subordinação, não existe igualdade na extensão e natureza desta interpenetração. Cada pólo da relação se beneficia e depende do outro, mas de maneira diversa. A dependência é complexa e fortemente favorável à hegemonia capitalista. (Gerry in Cacciomali: 1983, pg. 24)

É importante ressaltar que o setor informal identificado nos ESI(Estudo do Setor Informal) passa a ser denominado, nessa abordagem, de modo de produção não – capitalista.

A mão-de-obra excedente que compõe o setor informal é formada a partir da instalação do modo de produção capitalista no espaço ocupado pela produção mercantil simples⁷. A mão-de-obra desloca-se para o setor capitalista, isto é, proletariza-se. Porém, sabe-se que a concorrência capitalista levou a uma concentração crescente e a uma elevação da composição orgânica do capital⁸, diminuindo a mão-de-obra requerida por unidade de produto. Portanto, se ocorre um alto ritmo de crescimento populacional, aliado

⁶ Katz, op. cit.

⁷ Expressão utilizada por Souza para conceituar economia informal. Souza in Azevedo. op. cit.

⁸ Ela indica a distribuição do capital entre seus componentes e o modo de combinar os fatores de produção capital e trabalho . Essa noção é utilizada por Marx para mostrar os efeitos de mudanças tecnológicas sobre a demanda de mão-de-obra, acumulação de capital, taxa de lucro e taxa de mais-valia

a um rápido processo de destruição do espaço da pequena produção⁹, caso ocorrido na América Latina, o capital não precisava manter empregado todo o contingente populacional que sofreram proletarização. Tais pessoas, procurarão sobreviver nos espaços permitidos pelo capital, organizando-se de forma não tipicamente capitalista¹⁰; em outras palavras, o capital cria, destrói e recria os espaços econômicos nos quais atua a pequena produção, ou seja, a pequena produção encontra-se em um constante estado de mutação imposta pelo capitalismo.

Kowarick atribui ao tipo de desenvolvimento que o capitalismo assumiu na periferia capitalista uma série de efeitos negativos sobre a ocupação de mão-de-obra. Ele se propõe a explicar a origem do Setor Informal a partir do caráter dependente do capitalismo latino-americano; ou seja, pelo fato dos países periféricos estarem submetidos a uma relação de dependência com os países centrais, a marginalidade – entendida aqui como o conjunto de atividades organizadas sob moldes não-capitalistas – alcança níveis elevadíssimos.

Deve-se ressaltar que em nenhum momento Kowarick afirma que o capitalismo autônomo (dos países centrais) e o dependente estejam baseados em lógicas diferentes. A afirmação que ele faz é que o caráter dependente aguça as contradições inerentes ao capitalismo.

Segundo este ator:

“(...) tal configuração histórica acirra as contradições inerentes à própria essência do capitalismo, basicamente devido ao caráter abrupto e parcial com que o capital estrangeiro monopolista penetrou nas sociedades latino-americanas” (Kowarick in Azevedo: 1985, pg. 69).

Ressalta-se, igualmente, que o fato de estarmos diante de problemas tais como, pobreza e desemprego, não significa que o capitalismo na região

⁹ Expressão utilizada por Souza para conceituar setor informal. Souza in Azevedo. op.cit

¹⁰ *Idem.*

não seja suficientemente dinâmico. Ao contrário, o crescimento se dá a despeito e com colaboração destes.

“Assim, as interpretações mais recentes do fenômeno, ao entenderem a marginalidade como um componente intrínseco ao processo de produção capitalista, não mais a reduzem a uma disjunção do sistema, mas sim encaram-na como uma contradição do próprio movimento de expansão do capital”. (Azevedo: 1985, pg. 29)

Pode-se concluir que os diversos autores do corpo teórico marxista procuram explicar o mercado informal a partir das características de funcionamento do sistema econômico, ou seja, numa análise histórica e estrutural da formação do SI. Este setor é considerado como esfera da produção, subordinada ao padrão e ao processo de desenvolvimento capitalista; esta subordinação provoca constante destruição e recriação das atividades não-capitalistas. É portanto, uma relação de total dependência, onde cada setor se beneficia, mas de forma diferente com larga vantagem para o setor capitalista hegemônico.

Ver-se-ão a seguir quatro trabalhos específicos dentro dos ESNC(Estudos do Setor Não-Capitalista) que deram importantes contribuições para as teorias do setor não-capitalista.

1.6 – Estudos do setor não-capitalistas: algumas abordagens recentes

1.6.1 – Marginalidade

Existem dois grupos de abordagem acerca da marginalidade. O primeiro grupo interpreta a marginalidade como exclusão, não – integração ou “falta de participação”, contrapondo-se a um segundo grupo de abordagens

que tende a explicar o fenômeno a partir do processo de desenvolvimento econômico.

Kowarick representante do segundo grupo de abordagem apresenta uma visão acerca do fenômeno da marginalidade. A síntese de sua idéia é que a marginalidade não deve ser mais caracterizada como uma disfunção do sistema, mas, ao contrário, como um conjunto de atividades não – capitalistas, inseridas na própria dinâmica do capitalismo industrial.(Kowarick in Azevedo: 1985, pgs. 30-34)

O mesmo autor enfatiza ainda que encontra-se uma explicação para a permanência ou recriação de formas “arcaicas” nas leis que regem a dinâmica do capitalismo, e que a sua expansão provoca um movimento, aparentemente contraditório, de criação e recriação de modalidades de trabalho não tipicamente capitalistas.

Outra ressalva feita por este autor é a que diz respeito a questão do nível de remuneração dos trabalhadores, ou seja, o nível de remuneração auferida por cada trabalhador é explicado pela sua participação no processo produtivo, ou ainda, pelo modo como esses indivíduos se inserem no sistema produtivo. Logo, a exploração a que estão sujeitos os chamados marginais distingue-se bastante daquela sofrida pela parcela integrada da classe trabalhadora. Esta parcela da classe trabalhadora, é explorada para extração de mais-valia¹¹ e a outra parcela, os marginais, é composta por aqueles que trabalham sob relações de produção não tipicamente capitalista.

Na especificação dos grupos marginais, Kowarick distingue três categorias de trabalhadores a saber: No primeiro grupo estão incluídos o artesanato e a indústria a domicílio. As características principais desse grupo é a falta de ruptura entre o trabalhador e seu instrumento de produção, o uso da tecnologia é rudimentar, e o nível de remuneração é baixo. O segundo grupo é composto por trabalhadores por conta própria, autônomo, cuja principal característica é a execução de tarefas pouco especializadas e por último

Kowarick também considera como marginal a força de trabalho empregada nas unidades capitalistas de forma intermitente em razão de flutuações conjunturais ou estruturais da economia, bem como o desemprego crônico.

Ao tentar explicar e melhor definir as diferentes formas de produzir, Kowarick utiliza-se de critérios por ele mesmo criticados como o nível de tecnologia e de remuneração recaindo numa análise que divide-se entre dois pólos opostos: o setor capitalista e os grupos marginais.

“Desse modo, Kowarick parece não perceber as particularidades internas de que se reveste o funcionamento das formas de produção não – capitalistas, uma vez que encara a marginalidade como tantos outros, a partir da perspectiva do “moderno”, do setor capitalista” (Kowarick in Azevedo: 1985, pg. 33).

Azevedo supõe que, essa postura do autor se deva pelo fato de tentar compreender o processo global de acumulação do capital, o que não permitiu uma análise mais detalhada do funcionamento e características do fenômeno da marginalidade.

I.6.2 – Produção simples de mercadorias

Os trabalhos de Singer e Jelin (Singer e Jellin in Azevedo: 1985,pgs. 56 – 64), resultado de uma pesquisa direta realizada em Salvador pelo SEBRAP/ UFBA em 1971, buscam interligar o trabalho empírico com os conceitos formulados a nível teórico.

A opinião defendida por Singer¹² é de que a produção simples de mercadoria, realizada por trabalhadores autônomos e proprietários dos meios de produção, constitui-se num modo de produção diverso do capitalismo, a ele

¹¹ Marx denomina de mais-valia o excedente gerado pelo trabalhador (Souza, Nali de Jesus de. op. cit.)

¹² op. cit.

subordinado, e restringindo-se a atividade que não interessam a produção capitalista, pois não apresentam economias de escala.

Singer¹³ sugere duas maneiras para identificar o modo de produção em cada setor. A primeira seria examinar a posição do indivíduo nessas ocupações. Para este autor o que caracteriza a produção simples, não é a ausência de assalariamento, mas sobretudo a participação do proprietário diretamente no processo produtivo.

Logo, concluí-se que o empregado da produção simples de mercadoria, bem como o seu patrão, não produz mais-valia, visto que os preços das mercadorias por eles produzidas cobrem apenas os custos de produção, não incluindo margem de lucro proporcional ao valor dos meios de produção.

A análise do local de trabalho dos indivíduos, é outra maneira de distinguir o modo de produção, pois cada modo de produção exige ambientes específicos de trabalho.

Jellin¹⁴ trabalha com a categoria produção simples de mercadoria, mas considera-a não como um modo de produção, mas uma forma de organização não-capitalista, subordinada a um sistema dominado pelo capitalismo. A autora caracteriza a produção simples de mercadorias como a atividade em que o produtor controla seus meios de produção sem que haja apropriação de mais-valia, visto que as relações se estabelecem com clientes (ao invés de patrões e empregados) no decorrer do processo de comercialização e não durante o processo de produção.

A diferença fundamental entre essa forma de organização e a empresa capitalista é a mão-de-obra assalariada, isto é, quando o capitalista compra uma força de trabalho para produzir bens e serviços se apropria do excedente (mais-valia) que foi gerado pelo trabalhador.

¹³ op. cit.

¹⁴ op. cit.

I.6.3 – Formas de organização não-capitalista

Souza propõe uma abordagem alternativa e avança no estudo específico e particularizado das diversas atividades que compõem as formas de organização não-capitalistas. Essas atividades são reunidas em dois grandes grupos a saber. O primeiro grupo é composto de formas de organização mercantil, cuja característica comum é a ausência de assalariamento (Souza in Azevedo: 1985, pg. 44).

- a) as atividades desenvolvidas por empresas familiares e de forma autônoma, concentrados no pequeno comércio e na pequena indústria . Nesse ramo de atividades o acesso é dificultado pelos requerimentos em equipes e instalações, e principalmente porque há proteção contra a competição de outras unidades mercantis simples.
- b) os trabalhadores subordinados a um só capital, sendo na verdade uma maneira desfaçada de assalariamento e submissão de trabalhadores. Neste grupo o grau de facilidade de entrada é superior ao grupo anterior, resultando em queda da renda média, e,
- c) os pequenos vendedores de serviços envolve o conjunto de trabalhadores autônomo não protegidos pelo lado dos equipamentos ou pela reserva de mercado que atuam e, nem estão subordinados a um só capital.

fator motivador do empreendimento. Outro fato a ser destacado, é que a inserção destas empresas no mercado é intersticial, não competindo portanto com outras empresas capitalistas.

1.6.4 – Mercado informal de trabalho

Outros caracteres definidores do conceito de Setor Informal, encontra-se no estudos conjunto de Sousa e Tokmam, onde eles elegem como característica principal do mercado informal, a facilidade de entrada no 'mercado', em consequência do fato de ser considerado esse setor como o depositário do excedente relativo da força de trabalho. (Azevedo: 1985, pg.40) O grau de facilidade de entrada depende de dois fatores: 1) o tecnológico e 2) a estrutura de mercado. Salienta-se que estas idéias de Souza são uma primeira elaboração de mercado informal.

Dados os fatores tecnológicos, o setor informal é caracterizado como atividades de reduzidas capitalização, tecnologias simples e organização não formal, onde o salário não é a forma mais usual de remunerar o trabalho e a divisão entre proprietários do capital e do trabalho não é predominante. Outro fator importante a ser aqui destacado é a estrutura de mercado, pois a informalidade está restrita a mercados onde se verifica a facilidade de entrada, isto é, em mercados competitivos. Vale salientar que podemos encontrar atividades informais nas franjas diferenciadas de mercados oligopolizados.

Dessa maneira, o setor informal é delimitado por estas duas restrições que condicionam a facilidade de entrada, como constata-se na própria conceituação de SI utilizado por estes autores.

Dessa maneira, o setor informal é delimitado por estas duas restrições que condicionam a facilidade de entrada, como constata-se na própria conceituação de SI utilizado por estes autores.

“Resumindo, Souza e Tokmam definem o setor informal como conjunto de empresas e/ou pessoas ocupadas em atividades não organizadas que utilizam processos tecnológicos simples e que se encontram, além disso, inseridas em mercados competitivos ou na base da estrutura produtivas, no caso de mercado oligopólicos concentrados” (Azevedo: 1985, pg. 42)

Em trabalhos posteriores, Souza (1980) destaca três grandes problemas na definição de mercado informal. O primeiro ponto a ser destacado é a questão da segmentação de mercado, no qual o setor informal faria parte do “circuito inferior” da economia. O segundo ponto nos mostra que a generalização que é dada ao conceito acaba escondendo a heterogeneidade interna que o setor possui e apresenta séria repercussões no que se refere a proposição de política econômica. E por fim, o alto nível de generalização não contribui para uma avaliação do grau de facilidade de entrada para as diferentes atividades.(Azevedo: 1985, pg.43)

Pode-se ainda destacar no setor informal duas características econômicas. A primeira característica são os baixos níveis de renda auferidos pelos ocupantes desse setor em relação ao setor formal. Tal fato resulta das próprias características de funcionamento do setor. Mais do que isso, são reduzidas as possibilidades do aumento desses níveis de renda no mesmo ritmo de crescimento da ocupação do setor, visto que tais atividades podem ser re (criadas) ou destruídas pela expansão/ retração de empresas capitalistas. A Segunda característica é a concentração de ocupações informais em determinadas atividades, como o comércio, a indústria manufatureira(alimentação, confecções, calçados e móveis) e os serviços pessoais. Nos dois primeiros casos, dada a característica oligopólica do mercado ou se encontra em vias de tornar-se oligopólico, não haveria perspectiva de crescimento das atividades informais aí localizadas. No caso dos serviços pessoais, apesar de

apresentarem perspectivas favoráveis no que se refere à existência de um mercado competitivo, sua demanda global não apresenta uma tendência significativa de crescimento.

1.7 – O conceito de setor informal neste trabalho

Conceitua-se setor informal neste trabalho como formas de produção não-capitalistas, conseqüência da expansão do próprio capitalismo, que ao destruir certas atividades realizadas pela pequena produção, cria e recria espaço para antigas e novas atividades não tipicamente capitalistas. Logo, “a produção informal tende a ocupar os espaços econômicos, os interstícios, não ocupados pelas formas de organização da produção capitalista, que estão, potencial ou efetivamente, a sofrer contínuos deslocamentos pela ação dessas últimas”(Cacciamali: 1983, pg.28)

É o próprio capital que determina o espaço intersticial que será ocupado por estas atividades, ou seja, o setor informal não é capaz de criar seu próprio espaço e, nem mesmo avançar no espaço ocupado pelas firmas capitalistas, dada a subordinação do setor informal ao setor formal. Em outras palavras, o espaço onde se instala a formalidade é determinado pela dinâmica produtiva do capital.

Conforme Cacciamali, as características que definem essas formas de organização podem ser sintetizadas nos itens abaixo:

- i) o produtor direto detém os meios de produção e exerce dupla função no processo de trabalho, a de patrão e empregado;

- ii) dada as peculiaridades do setor informal não há acumulação de capital e nem saltos tecnológicos, visto que o rendimento auferido pelo proprietário é dividido entre gasto com a família e a outra parte é reinvestida no próprio setor:
- iii) a atividade é dirigida pelo fluxo de renda capaz de sustentar o proprietário e os empregados (membros da família ou ajudantes) e não por uma taxa de retorno competitiva:
- iv) a participação da mão-de-obra familiar é uma verdade no modo de produção não –capitalista:
- v) o trabalhador tem capacidade de aprender e participar de todo o processo de produção.

Importante ainda, é salientar que, os saltos tecnológicos quando ocorrem, são em decorrência de uma redefinição das relações com o setor formal. Além deste aspecto, destaca-se a prática de trabalho individual, acentuando as características e habilidades pessoais. Salienta-se ainda que, a definição do setor informal por esta lista de aspectos não significa aderir a qualquer uma das teorias que procuram associá-lo à atividade tecnologicamente inferiores. Esta distinção – fundada em elementos internos ao próprio setor, evitando assim comparações – visa somente explicitar o caráter e as relações deste setor com o núcleo capitalista do sistema econômico.

Partindo do conceito de setor informal adotado neste trabalho, procurar-se-á demonstrar no próximo capítulo a problemática do desemprego no Brasil a partir da implementação do Plano Real.

Capítulo II

Neoliberalismo e o Plano Real

II.1 – Introdução

A economia mundial vem, ao longo deste século, sofrendo transformações numa velocidade nunca vista antes, tendo impacto direto no emprego.

Assiste-se na década de 90 a uma profunda alteração no mercado de trabalho. E essa alteração se dá com maior intensidade nas economias dos países emergentes¹⁵, pois são economias vulneráveis e incapazes de buscar resultados a curto prazo. Vê-se que no mundo globalizado o emprego sofre uma mudança de qualidade e conseqüentemente cresce o setor informal.

O presente capítulo tenta compreender, como foi possível o Brasil, através do Plano Real, se inserir nesta nova ordem econômica mundial. Ver-se-á que o plano em questão da forma como foi concebido, serviu sobretudo para criar os meios necessários para a parceria neoliberalismo-globalização se instalar e se desenvolver plenamente.

O Brasil não poderia ficar de fora desta nova ordem econômica mundial, ou seja, a implementação de política neoliberais, mas não foi suficientemente cuidadoso na absorção das transformações externas. Verificar-se-á que o problema não foi a inserção da economia brasileira nesta nova ordem internacional, mas a forma como se deu tal inserção. As atuais taxas de desemprego verificadas no país, explicam perfeitamente esta questão.

¹⁵ Termo que é atualmente utilizado para os países que não são desenvolvidos, mas que conseguiram alcançar um determinado nível de desenvolvimento com um elevado custo social.

O objetivo central deste capítulo é detectar algumas das principais causas que levaram aos atuais índices de desemprego verificados no país, e principalmente de sua tendência crescente. Para tanto, supõe-se que os ideários neoliberais, a abertura comercial, iniciada no governo Sarney e intensificada no governo Collor, bem como o Plano Real, contribuíram em grande parte para o agravamento dos índices de desemprego verificados no país na década de 90.

II.2 – O neoliberalismo

Os fenômenos conhecidos como neoliberalismo e globalização trazem em sua essência todos os elementos responsáveis pelo aumento dos índices de desemprego, ou mais especificamente pela redução do emprego tradicional. Entenda-se aqui por emprego tradicional, o emprego que exige a participação direta do homem no processo de produção de bens e serviços.

Segundo Anderson (1995: pg.9-12), pode-se datar o nascimento do liberalismo, logo após o fim da Segunda Grande Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte, regiões onde o capitalismo imperavam fortemente, e tinha como principal objetivo o combate ao Estado intervencionista e de bem-estar. Seu principal representante é Friedrich Von Hayek, autor de “O caminho da servidão”, escrito em 1944, marco da corrida neoliberal, no qual ataca apaixonadamente toda e qualquer limitação dos mecanismo de mercado por parte do aparelho estatal. Para ele essa limitação representa uma ameaça letal à liberdade, tanto política quanto econômica .

Em 1947, Hayek convocou todos os que tinham posicionamento ideológico igual ao seu para uma reunião em Mont Pélerin, uma estação suíça. Entre os simpatizantes de seu pensamento, destaca-se Milton Friedman, autor de “Capitalismo e liberdade”, escrito em 1962. Nesta obra, Friedman defende explicitamente a relação entre a ideologia neoliberal e o sistema econômico de

livre mercado. Segundo este autor, “a organização econômica capitalista promove uma sociedade livre em dois sentidos: de um lado, porque a liberdade econômica é uma parte da liberdade mais ampla e, portanto, um fim em si própria; de outro, porque a liberdade econômica é um instrumento indispensável para a obtenção da liberdade política “ (Carcanholo: 1997, pg. 18)

A “Sociedade Mont Pélerin” foi o resultado de tal reunião, um tipo franco maçônica liberal extremamente organizada e com reuniões a cada dois anos e, tinha como propósito o combate a implementação da liberdade de mercado. A princípio os ideários neoliberais não foram bem sucedidas no meio social, devido ao auge do capitalismo, definida como sua idade de ouro por apresentar o crescimento mais rápido da história, durante as décadas de 50 e 60. Porém, em 1973 o modelo econômico intervencionista é abalado por uma profunda crise - a primeira crise do petróleo. Neste contexto, o mundo capitalista caiu em severa recessão, com uma parceria perversa de elevadas taxas de juros, com redução das taxas de crescimento e altas taxas de inflação nunca verificadas antes, neste cenário de recessão mundial, as idéias neoliberais encontram todas as condições para se instalarem e desenvolverem firmemente.

As características inerentes ao neoliberalismo são: redução dos encargos trabalhistas e dos gastos públicos, promoção das privatizações e da desregulamentação da economia, limitação do papel do estado ao financiamento das obras de infra-estrutura, a criação de um ambiente mais propício à melhoria da competitividade das empresas privadas e a liberalização dos mercados nacionais.

Cita-se o modelo inglês como, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro representante da política neoliberal. Nos governo Thatcher (1979 – 1990) contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti- sindical e cortaram

gastos sociais. Outro governo a adotar os ideários neoliberais, na sua forma mais pura, foi o de Ronald Reagan (1980 – 1988) nos Estados Unidos, porém o Estado continuou com gastos exorbitantes em equipamentos bélicos em função da Guerra Fria com a antiga União Soviética. (Anderson:1995,pg.12)

Os ideários neoliberais incorporam ao processo de globalização e devastam as economias menos preparadas para absorver tais transformações.

II.3 – O processo de globalização

Apesar de não ser um fenômeno recente da história do sistema capitalista, a globalização passou a significar a emergência de uma ordem mundial única, sob os ditames deste mesmo sistema, o qual passou a comandar os movimentos mundiais nas esferas da economia, da política, da cultura e da própria ordem social. (Mattei: 1997, pg. 65)

Segundo Ramos,¹⁶ a globalização é responsável pela unificação dos mercados ocasionando um aumento dos fluxos de comércio, aproximando as culturas, reduzindo distancias físicas e mentais. Sem dúvida uma armadilha, pois destroça irremediavelmente a economia dos países que se deixaram ludibriar. Junta-se a isso a parceria neoliberal, outro vírus, cujas conseqüências são letais para o cenário de miséria em que se situam as classes trabalhadoras das nações em processo de desenvolvimento, pois delega desmesurado poder ao mercado e destrói virtualmente o Estado, reduzindo sua participação a um mero papel coadjuvante.

A globalização da economia é definida como o desenvolvimento do processo de internacionalização do capital, construindo um novo cenário para a década de 90: "crescimento das atividades internacionais das firmas e dos

¹⁶ Ramos, José de Abreu. in Jornal Inverta, 28/4 a 4/5/1999.

fluxos comerciais ; ampla mudança da base tecnológica, fazendo com que alguns autores chegassem a denominá-la Terceira Revolução Industrial; reordenamento dos mercados, com uma maior importância da Ásia; intensificação da circulação financeira, caracterizada pela expansão na mobilidade e na intermediação do capital internacional; predominância das trocas ditas intra – setoriais; reorganização dos grupos industriais em redes de firmas. (Carcanholo: 1997 , pg. 16)

A aceleração do progresso técnico, a globalização da economia e o ambiente cada vez mais competitivo estão impondo graves desafios ao emprego da mão-de-obra em todo o mundo neste final de século. Vive-se em uma época de angústia e de incertezas inquietantes. Segundo Maia¹⁷, essa expectativa pessimista quanto a tendência de ocupação da população economicamente ativa(PEA) pode ser explicada por três fatores principais.

O primeiro fator diz respeito ao despreparo da força de trabalho e das legislações trabalhistas para enfrentarem os novos desafios que estão surgindo. Os sistemas educacionais e os dispositivos de "proteção" social parecem cada vez mais incapacitados para atender os requisitos de qualificação e de flexibilidade impostas pelas mais recentes tecnologias, os novos modelos de gestão empresarial e as exigências da competição.

O segundo fator é explicado pelo enfraquecimento do poder regulatório das burocracias nacionais, via desregulamento do poder dos mercados e internacionalização dos fluxos de bens, serviços e instrumentos financeiros, provocando a transferência gradativa dos centros de decisão para órbitas privadas e transnacionais.

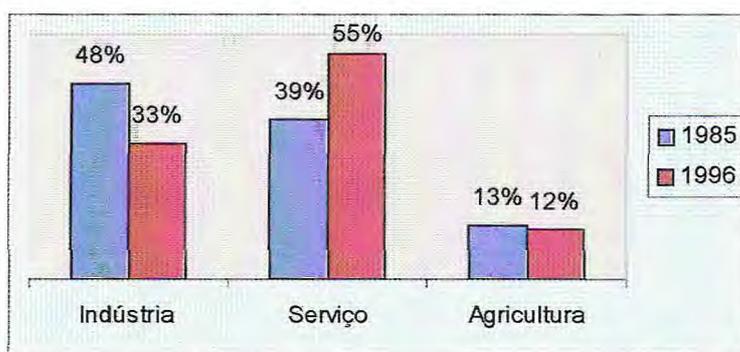
Há trintas anos, existia 7.000 multinacionais. Hoje, há 39.000, com 270 000 subsidiárias (Veja: 1998, pg. 70). Um número quase seis vezes maior.

¹⁷ Maia, José Nelson Bessa – in Folha de São Paulo. -/10/1995.

A terceira razão é a grande exclusão da mão-de-obra de baixa qualificação em consequência do prodigioso aumento de produtividade nos setores modernos e "de ponta". Há, uma mudança no eixo do emprego, da indústria para o setor de serviços e da grande empresa para unidades produtivas menores, com maior diversidade de produtos, menor padronização e maiores requisitos de habilidades multidisciplinares dos empregados.

Observa-se no gráfico abaixo que a participação do PIB está diminuindo na indústria, mas crescendo no setor de serviços, que já representa, mais da metade do produto interno bruto(PIB). É uma tendência mundial. Nos Estados Unidos, que têm o maior parque industrial do mundo, 80% do PIB vem da área de serviços. É ela que está segurando parte dos demitidos da indústria brasileira(Veja: 1998, pg. 71).

Gráfico – 2.1
A indústria perde espaço para os serviços
Participação de cada setor no PIB do Brasil



Fonte: IBGE

Durante muito tempo o Brasil se resguardou da concorrência internacional - Estado paternalista, e subitamente, sem o menor preparo 'escancara ' as portas do país às importações, desmantelando o setor empresarial estatal, via privatizações. A abertura ao capital estrangeiro vêm impondo o fechamento de companhias ineficientes e o enxugamento de pessoal, resultando em um efeito adicional de desmobilização da mão-de-obra além daquele determinado pelo chamado desemprego tecnológico e o "sucateamento" profissional de diversos contingentes de trabalhadores.

No atual contexto de globalização e de ajustes estrutural, como decorrência das reformas institucionais, o Brasil terá de aprender a conviver com o desemprego, índice atual (IBGE) de 7,84% ou subemprego de parcelas expressivas de certos segmentos de mão-de-obra. Para alguns o processo de globalização é irreversível, mas uma revisão no processo de abertura comercial que se intensificou no governo Collor, e mantido no atual governo, no momento atual seria o mais sensato.

II.4 – Plano COLLOR e a Abertura Comercial

O governo Sarney terminou seu governo deixando de herança para o seu sucessor, governo Collor, uma inflação que apresentava índices explosivos, 1.764,86% no total do ano, chegando à fronteira da hiperinflação, uma economia desaquecida, um total descontrole das contas governamentais, devido a elevação dos juros da dívida interna (de 9,6% em 1981 para 51,5% em 1985), uma tendência explosiva da dívida pública federal, equivalente a US\$ 180 bilhões (43% do PIB), entre outros, que completavam o cenário de uma profunda crise econômica e política.

O governo Collor também tinha como preocupação básica o combate à inflação, para tanto era necessário medidas imediatas que rompessem com a indexação da economia. Tais medidas ganharam forma com a implementação do Plano Collor.

Entre as medidas que foram adotadas pelo governo Collor, destacaram-se, à reforma administrativa, com a promoção do programa de privatizações, e a mudança na política comercial, dando seqüência ao processo de liberalização do comércio exterior, pois o mesmo teve inicio no governo Sarney, com redução qualitativa das tarifas de importação de uma média de 40% para menos de 20% em quatro anos.

O confisco da liquidez, outra medida adotada no governo Collor, parece ter sido a grande âncora do plano. A prática de retomar a capacidade de fazer política monetária ativa através do congelamento de estoque de moeda teve um impacto imediato com a desestruturação do sistema produtivo com corte nas encomendas, semiparalisa na produção, demissões, férias coletivas, redução nas jornadas de trabalho, redução nos salários, deflação, atraso nos pagamentos de dívidas, expansão no volume e no prazo dos créditos comerciais, desenvolvimento de meios de pagamentos alternativos. O resultado do choque sobre os estoques monetários foi uma profunda desestruturação em termos de condições de emprego e de produção .

O que é relevante ao estudar o período Collor, plano I e II, que apesar de ter sido marcado pela crise política do impeachment , é a questão da discussão sobre a privatização e a mudança na estratégia de comércio exterior, com a liberalização das importações – a chamada abertura comercial.

“A pancada da abertura comercial vez com que de um momento para o outro, as importações subissem de 20 bilhões de dólares ao ano para um volume três vezes maior. Os produtos importados modificaram a economia de dois modos: 1) forçaram as empresas brasileiras a baixar seus preços (e seus custos) e, 2) devastaram setores sem capacidade de concorrência” (Veja: 1998, pg. 69).

A concorrência no setor empresarial obrigou as empresas a se modernizarem deixando um grande número de trabalhos ociosos, agravando ainda mais o problema do desemprego no país. Logo, o que mais sacrifica o emprego é a competição.

Para restaurar a credibilidade do Brasil, e controlar a inflação o governo eleito, elabora em 1993, um novo plano de estabilização econômico, denominado de Plano Real.

II.5 – Plano Real

Uma estabilização bem sucedida demanda tempo e envolve diferentes fases.

De uma forma gradual e lenta, o Plano Real, divide o ataque ao processo inflacionário em três fases¹⁸.

Tem-se na primeira fase (jun/93 a dez/93) a adoção de política ortodoxa que consistia no ajuste fiscal, para equacionar o desequilíbrio orçamentário da União, peça essencial para o programa de estabilização.

A criação do IPMF(Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira) novo imposto de caráter temporário, e do FSE (Fundo Social de Emergência) que deveria ser suficiente para equilibrar o orçamento público em 1994 e 1995. Estas foram as principais medidas da primeira fase de combate a inflação. (Vasconcelos (et. at.: 1996, pg. 229)

Paralelamente tivemos um acumulo das reservas cambiais da ordem de US\$ 40 bilhões para dar condições ao Banco Central de administrar as políticas monetárias e cambial.

Na Segunda fase (28.2.1994), faz-se uso de política heterodoxa, é a tentativa de eliminar a inércia inflacionaria, através da introdução de uma nova unidade de conta, a URV (Unidade Real de Valor).

A aceleração inflacionaria foi mais forte na passagem da URV para o real, este fenômeno está associado à remarcação preventiva dos agentes econômicos temerosos que houvessem novos congelamentos de preços, assim eles se protegiam colocando os preços em um patamar bastante elevado, adicionado a este fato estavam as expectativas por parte dos agentes quanto a pressões inflacionarias.

No entanto, todos os preços passaram a ser cotados em URV e esta passou a ser estável na passagem para o real, a hiperinflação perdeu fôlego e cedeu.

A terceira fase (17.7.1994) iniciou-se com a transformação da URV em Real, no qual podíamos encontrar embutido, as três funções básicas da moeda: meio de troca, unidade de conta, função esta deteriorada anteriormente devido os altos índices de inflação e, reserva de valor.

Outra questão importante que colaborou com a sustentação do plano foi a folga cambial do país devido ao grande afluxo de recursos nos últimos anos, fruto do excesso de liquidez internacional e dos altos juros oferecidos, que permitiu acumular um volume de reservas da ordem de 40 bilhões de dólares. Este fato permitiu uma valorização cambial pós- plano, que viabilizou amplo processo de importações para suprir a demanda interna e exigindo uma maior concorrência por parte das empresas.

Pode-se então, concluir que a folga cambial e a valorização do real foram elementos importantes no controle ao combate à inflação.

Alguns autores, entre eles Oliveira¹⁹, consideram uma quarta fase do Plano Real. Nesta fase era necessário fazer reformas estruturais para que o real se perpetuasse: reformas constitucionais e ajustes fiscal.

Para ele este último componente adquire importância especial, pois as condições para executar as políticas convencionais de controle de demanda não estão colocadas a priori, dependendo de reformas das instituições e mudanças culturais. Some-se a isto o fato de a estabilização atual coincidir com uma alteração no próprio modelo de desenvolvimento do país, de uma economia fechada de industrialização baseada na substituição de importações para uma economia aberta (Oliveira: 1996, pg. 75)

¹⁸ Vasconcellos, M.A S (et. Al.) – Economia Brasileira Contemporânea: 1996, cap. 13.

¹⁹ Oliveira, Gesner. Brasil Real - Desafios pós-estabilização na virada do milênio.

Entre essas reformas destacam-se a abertura econômica, necessária para assegurar a estabilidade dos preços internos; a realização de privatizações, para atrair capital externo; e completando esse quadro, promoção da desregulamentação da economia.

A redução da tarifa de importação média, de 40% para menos de 20% em quatro anos, era importante para o sucesso do plano, pois evitava que os produtos internos aumentassem de preço, ocasionando novas pressões inflacionárias, um outro fator, era a valorização do câmbio favorecendo as importações em detrimento das exportações.

Tivemos nessa seção uma idéia da implantação do Real. As políticas implementadas a partir do Plano, ocasionaram o fechamento de várias indústrias, como também negócios os mais gerais, que tiveram como consequência a grande onda de demissões, principalmente em alguns setores chave da economia - como a indústria automobilística e o setor de autopeças, aumentando o desemprego, de 5,4% para 7,84% (IBGE).

2.5.1 – Abertura Comercial no Plano Real

A globalização é definida como o crescimento do fluxo de comércio de bens e serviços e como o aumento do investimento internacional em níveis superiores aos do crescimento da produção, teria levado ao aumento do grau de abertura das principais economias do mundo (Franco in Carcanholo: 1997, pg.28)

Baseando-se neste pressuposto e dada a necessidade imperativa da estabilidade macroeconômica, o governo que assume em 1995, projeta a idéia de que o desenvolvimento viria por si só, caso a estabilidade macroeconômica se efetivasse. Logo, a estabilização da economia torna-se a preocupação básica do governo.

É inegável que grande parte do sucesso do Plano Real deve ser atribuída à participação das importações diminuindo o impacto causado pelo aquecimento da demanda adicional, gerada com a perspectiva de estabilidade da economia, queda da inflação, ao mesmo tempo que permitia o aumento da competitividade no mercado.

Na presente análise apresentam-se outros fatores que entraram em cena conjugados ao contexto macroeconômico e a política não tarifária.

Um primeiro fator, segundo o IEDI²⁰ foi o grande impulso que a estabilização de preços proporcionou à demanda interna, estimulando o aumento das importações, aliada à completa ausência de mecanismos de controle e restrição da concorrência desleal em termos de preços, condições de financiamento e ausência de normas de qualidade dos produtos importados. O “importabandos” - a importação efetivada por intermédio dos canais legais, porém com preços subfaturados configurando a concorrência predatória e a sonegação fiscal – foi a sua expressão mais acabada, fruto do absoluto descaso do governo em aplicar os controles mundialmente aceitos sobre as importações.

Para não incorrer nos erros dos planos anteriores no que diz respeito a questão da contenção do aumento exorbitante da demanda interna, a única saída do governo era a abertura comercial. Porém a forma como se deu a abertura comercial significa não levar em consideração o que pode ser considerado um ativo ou um patrimônio de um país: o seu mercado interno, que, no caso, o Brasil disponibilizou sem qualquer outra compensação.

O segundo problema reside, na visão do IEDI²¹, na combinação de câmbio sobrevalorizado com altas taxas de juros. O câmbio, concedeu um incentivo impar às importações e correspondente desestímulo às exportações; os juros altos, restringiram a competitividade das empresas brasileiras, devido ao encarecimento da produção interna de bens destinados aos mercados

²⁰ IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. 1998)

²¹ Idem.

externo e interno. O diferencial de condições de financiamento na compra de produtos importados, relativamente aos da produção doméstica, dadas as vantagens em termos de prazo e taxa de juros do financiamento externo, foi um importante determinante do incentivo às importações.

A alíquota de importação média caiu gradativamente e com base em um cronograma preestabelecido, em muitos casos negociado com os produtores locais. Ela reduziu-se de cerca de 40%, em 1990, para algo em torno de 14%, patamar atualmente em vigor.

Desde a introdução do real, em julho de 1994, não houve correção da taxa de câmbio em relação ao nível anteriormente vigente, de outro lado, os custos internos cresceram significativamente. Os salários, por exemplo, cresceram cerca de 35 a 40% em média²², agravando a competitividade da indústria.

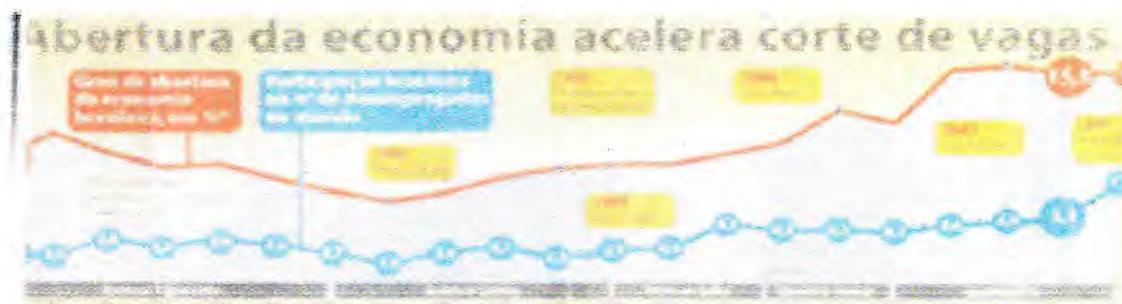
A verdade é que não há processo de abertura e experiência de estabilização sem custos, mas é importante que haja sintonia no *timing* e na dosagem das medidas, no âmbito da política industrial e da política de estabilização, para que não se gere, desnecessariamente, mais estragos do que benefícios. No caso Brasil, os estragos são bem visíveis.

A estratégia de abertura da economia precisa ser revista, e tentar amenizar todos os estragos que foram gerados em tão pouco tempo, tendo em vista os objetivos da política industrial e de desenvolvimento, considerando as nossas limitações e potencialidades. É necessário definir uma estratégia de inserção internacional que não implique em maiores riscos de desequilíbrio na Balança de Pagamentos e quebra de setores potencialmente competitivos, como podemos presenciar com a política de estabilização em vigor.

É preciso que os resultados de curto prazo, queda da inflação, não signifique o sacrifício do longo prazo, miséria e desemprego, e, em última instância, o risco da desindustrialização e crise cambial.

Segundo Pochmann²³, quando a economia brasileira é mais exposta à competição externa, a fatia de desemprego tende a aumentar. Em 1998 o país detinha 5,1% do desemprego mundial. Já a estimativa para 1999 era de 7,7%, previsão que se confirmou. Pelo gráfico abaixo, observa-se que a participação brasileira no número de desempregados no mundo durante todo o período do plano real, são superiores mesmo as taxas da “década perdida”, período que o país praticamente quebrou.

Gráfico – 2.2



Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO, 21/02/99.

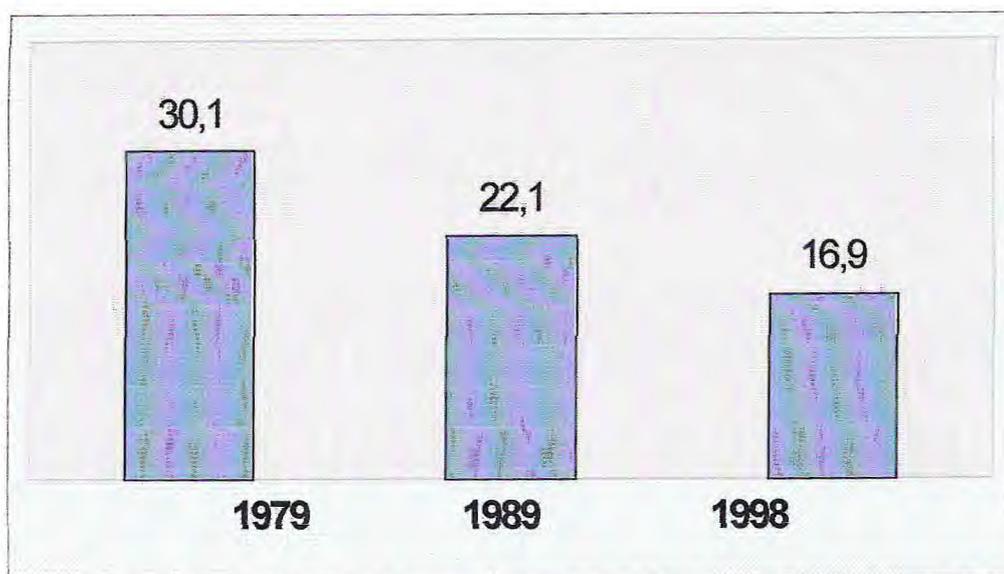
Os níveis de desemprego acompanham o aumento da abertura do país aos produtos importados. Em 1979, 1985 e 1998 foi de 44,6%; 83,7% e 130,68% respectivamente.

O índice de 7,7% é o pior resultado dos últimos 15 anos, o que demonstra que o mal do século se agrava mais aqui do que nos países desenvolvidos. Ao contrário, como pode-se observar no gráfico 2.3, a participação dos países desenvolvidos no desemprego mundial tende a diminuir.

²³ Pochaman, Márcio. in Folha de São Paulo, 21/2/99.

²² Lacerda, Antônio Corrêa de. Os paradoxos da política econômica do real: 1996, pg. 2 - 29

Gráfico - 2.3
Cai participação dos países desenvolvidos*
% do G-7 nos desempregados mundiais



Fonte: Folha

*EUA, Canadá, Reino Unido, Japão, Alemanha, França e Itália

No gráfico abaixo observa-se a evolução do percentual de desemprego nos últimos dez anos. Observa-se também, que essa evolução não revela apenas a taxa média de desemprego, mas sobretudo, nos revela com precisão ainda maior os efeitos sociais da crise econômica e reestruturação da produção. Pesquisa recente do SEADE-DIEESE, mostra que o desemprego em março atingiu o índice mais alto desde a implementação do plano real, 19,9%, o que significa 1,7 milhão de pessoas sem emprego. Os números devem ser maiores como afirmou Pochman.

²³ Pochman, Márcio. in Folha de São Paulo, 21/2/99.

Gráfico – 2.4
Desemprego nos últimos dez anos
(%)



Fonte: SEADE/DIEESE

*sobre a População Economicamente Ativa (PEA), na região metropolitana de São Paulo

A década de 90 inicia com uma taxa de desemprego de 9,3%, sendo também a mais baixa do período. Com exceção do ano de 1995, com uma taxa de desemprego de 13,2%, a curva de desemprego é ascendente, e hoje a taxa é de nada mais nada menos que quase 20%.

Outra questão a ser destacada, é o tempo de procura de trabalho. Verifica-se ao observar o gráfico abaixo que 39 semanas é o tempo médio para conseguir um novo emprego em São Paulo. Em 94, ano de implementação do Real, a média era de 23, caindo em 95 e 96, para 20 e 22 semanas respectivamente. Já em 97, 98 e 99 a média é de 24, 32 e 39 semanas respectivamente. Um dado importante é que em relação a 1996 o salto foi de quase 100%.

Tabela -2.6
Tempo de procura de trabalho

Ano	Semanas
1990	14
1991	15
1992	17
1993	24
1994	22
1995	20
1996	22
1997	24
1998	32
1999	39

Fonte: SEADE/DIEESE.

* Média em semanas nos meses de março de cada ano.

O problema atinge principalmente os grupos mais vulneráveis, incluídos neste grupo estão, particularmente os de baixa escolaridade. Fato que nos ajuda a entender, em parte, o aumento da criminalidade.

2.5.2 – A questão da escolaridade

Atualmente verifica-se no Brasil uma tentativa de recuperar o tempo perdido no que diz respeito a educação. A tabela abaixo mostra a dimensão do problema, o grau de instrução dos desempregados.

Em 1998, a taxa de desemprego atinge 46,9% dos trabalhadores com primeiro grau incompleto. Para os que tem o primeiro grau completo a taxa é de 14,6% semelhante para os que tem segundo grau completo. Para os trabalhadores que estão cursando faculdade ou já se encontram formados a taxa de desemprego é de 3,8% e 3,3% respectivamente. A baixa taxa de desemprego para os trabalhadores com curso superior pode ser explicada pelo

fato de ocuparem vagas que exigem segundo grau, e não pelo fato de pertencerem a uma minoria privilegiada.

Tabela-2.7
Grau de instrução dos desempregados em %

Instrução	Ano			
	1985	1989	1994	1998
Primeiro grau incompleto	65,2	63,4	54,3	46,9
“ “ completo	10,4	13,8	14,6	14,6
Segundo grau incompleto	7,1	6,8	9,8	12,8
Segundo grau completo	6,7	6,7	10,9	14,9
Terceiro grau incompleto	2,6	2,3	3,1	3,8
Terceiro grau completo	2,9	2,8	3,2	3,3

Fonte: SEADE/DIEESE.

Observa-se que em 13 anos o país pouco progrediu em termos de educação. É bem verdade que a falta de qualificação anula chances, mas não podemos imputar unicamente ao grau de instrução do desempregado como sendo o único responsável pela falta de ocupação. É uma forma de mascarar o problema e criar falsas esperanças, pois a tarefa de estudar não é uma das mais fáceis, requer tempo, disposição, concentração e, num cenário de crise com tantas intranqüilidades, conseguiremos formar ‘profissionais’ que deixarão muito a desejar.

Segundo o administrador de empresa e pesquisador Silva²⁴, a qualificação profissional pode se transformar numa armadilha de correr muito sem se sair do lugar, num desesperado dispêndio de energia apenas para garantir malmente o que já se tem. Há, inclusive um aspecto negativo pouco observado no processo, tal que, para os poucos que conseguirem ser incluídos (“vencedores”), os demais não o serão, serão excluídos por limitação

²⁴ Silva, Cláudio Segalla Rodrigues –in Jornal O POVO, 28/02/1999.

de vagas (diferente de oportunidades) e não por falta de competência. Serão, porém, caracterizado como "perdedores".

Sabe-se que as poucas pessoas que chegam a uma universidade e que conseguem concluir o curso superior é um número bastante reduzido, "os privilegiados", isso justifica perfeitamente o pleno emprego par quem tem curso superior ou estar cursando a faculdade. Não significa que se todos tivessem nível superior estariam empregados como a mídia tenta nos passar com esse discurso de que estudar vale ouro. Concordo que vale ouro, e é justamente por isso que o abismo educacional que existe no Brasil está na origem da disparidade social. Nada menos que 64% dos empregados nem sequer completaram o 1º grau. O que é bem verdade é que durante muito tempo, o Brasil negligenciou o seu capital humano, não lhe atribuindo o seu real valor. Se beneficiou durante muito tempo da falta de qualificação, e no contexto da globalização, ou seja, para ser competitivo, além de importar emprego via transnacionais, ainda dispõe de uma mão-de-obra praticamente depreciada que tem como única opção sobreviver no setor informal da economia totalmente às margens da sociedade.

Na tabela abaixo faz-se uma comparação da escolaridade da força de trabalho do Brasil com alguns países selecionados.

Tabela- 2.8
Escolaridade da força de trabalho em % de pop. de 25 a 64 anos - 1996

Em % de pop. de 25 a 64 anos	Menos do que o ensino médio	Ensino médio completo	Ensino superior completo
Argentina	39	20	11
Brasil	72	17	11
Uruguai	69	14	16
Malásia	62	29	9
Média dos países da OCDE	34	43	26

Fonte: OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Verifica-se que a situação do Brasil em comparação com os demais países é constrangedora, perdendo até mesmo para países como a Malásia e Uruguai, com 72% de empregados que não possuem o primeiro grau completo. Os números podem até variar de pesquisa para pesquisa, mas o que é relevante, é que o Brasil se encontra em uma situação de total desvantagem.

II.3 – Considerações finais

O Brasil entrou numa guerra de profissionais e, com todo o seu amadorismo absorveu os ideários neoliberais e abriu as portas do país à globalização comercial, que se concretizou junto com a globalização financeira, enfrentou grandes tempestades, desvalorização cambial e a mais recente crise que afetou o país (uma outra crise que se não forem tomadas medidas sérias, certamente nos atingirá). Confiando no inimigo que lhe prometeu grande recompensa, fazer parte do mundo desenvolvido, entregou totalmente seus bens, através do processo de privatizações. Contribuiu em todos os aspectos para que o inimigo vencesse e pudesse junto dele desfrutar de todos os privilégios conquistados. Além de ingênuo foi irresponsável, pois entrou na luta totalmente despreparado e, o pior de tudo, é que seu povo não dispõe da maior riqueza que um homem pode dispor – cultura. ‘Um país se faz com homens e livros’, acho que a intenção de Rui Barbosa não era unicamente preencher mais uma página de um livro.

O processo de exclusão que foi submetido a grande maioria da população brasileira através das políticas de desenvolvimento que foi implantado ao longo do tempo no país é um total desrespeito aos direitos do homem e do cidadão. Este longo processo de exclusão que verificamos nos índices de desemprego, miséria marginalidade e violência certamente terão que ser resolvidos no decorrer dos próximos 500 anos numa tentativa de reverter quadro tão vergonhoso.

Capítulo III

Setor Informal: Os custos da política econômica

III.1 – Introdução

Para uma melhor compreensão deste capítulo, é necessário iniciá-lo relembrando a escolha do conceito de formas não-capitalistas de produção como referencial teórico utilizado no primeiro capítulo.

Neste trabalho o setor informal foi conceituado como formas de produção não-capitalistas, consequência da expansão do próprio capitalismo, que ao destruir certas atividades realizadas pela pequena produção, cria e recria espaço para antigas e novas atividades não tipicamente capitalistas.

Destaca-se também a dificuldade que existe de articulação entre estas discussões e as pesquisas empíricas em torno do tema. Enfatiza-se que, quem quer que pretenda utilizar-se de dados estatísticos a cerca do setor informal enfrentará problemas não só de carência de dados, mas também de operacionalização de alguns conceitos. Essa defasagem entre as categorias teóricas e empíricas requer um esforço para o aperfeiçoamento das pesquisas que geram estes dados, a fim de adequá-los às transformações estruturais pelas quais passa o mercado de trabalho.

O IBGE(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) não tem verbas nem pessoal para escarafunchar o que está abaixo da superfície e nem mesmo consegue manter seus levantamentos atualizados. Logo, a defasagem é constrangedora, pois a cada troca de ministro, some um país e nasce outro. A partir do Plano Real, a situação ficou mais complicada. Com o rebaixamento da inflação, houve uma transferência brutal de renda para as classes

populares, o mercado da informalidade explodiu e nada disso foi registrado na contabilidade nacional (Veja: 1995, pg.92).

Após uma breve análise de alguns fatores que contribuíram para o aumento do desemprego, inerentes ao plano real, passa-se agora a estudar como a permanência dos altos índices de desemprego levam ao inchaço do setor informal da economia..

Neste contexto ver-se-á como o setor informal passa de solução a um grave problema de pobreza e exclusão social, a partir de julho de 1994 aos dias atuais.

“Ao trocar empregos industriais e de serviços formalizados por empregos não-formalizados, permitirá a consolidação de uma nova forma de exclusão social, tornando ainda mais graves e profundas as desigualdades sociais no Brasil²⁵”.

Mostrar-se-á que nesse momento, o setor informal, tem tanta importância que deve ser analisado por governo e sociedade com cuidado e sem precipitação, de modo a evitar que ações extemporânea agravem ainda mais a questão social. Ainda que encarando como transitório ou mal menor, o trabalho informal ocupa hoje um lugar crítico no delicado equilíbrio social do país (Dupas: 1996, pg. 26).

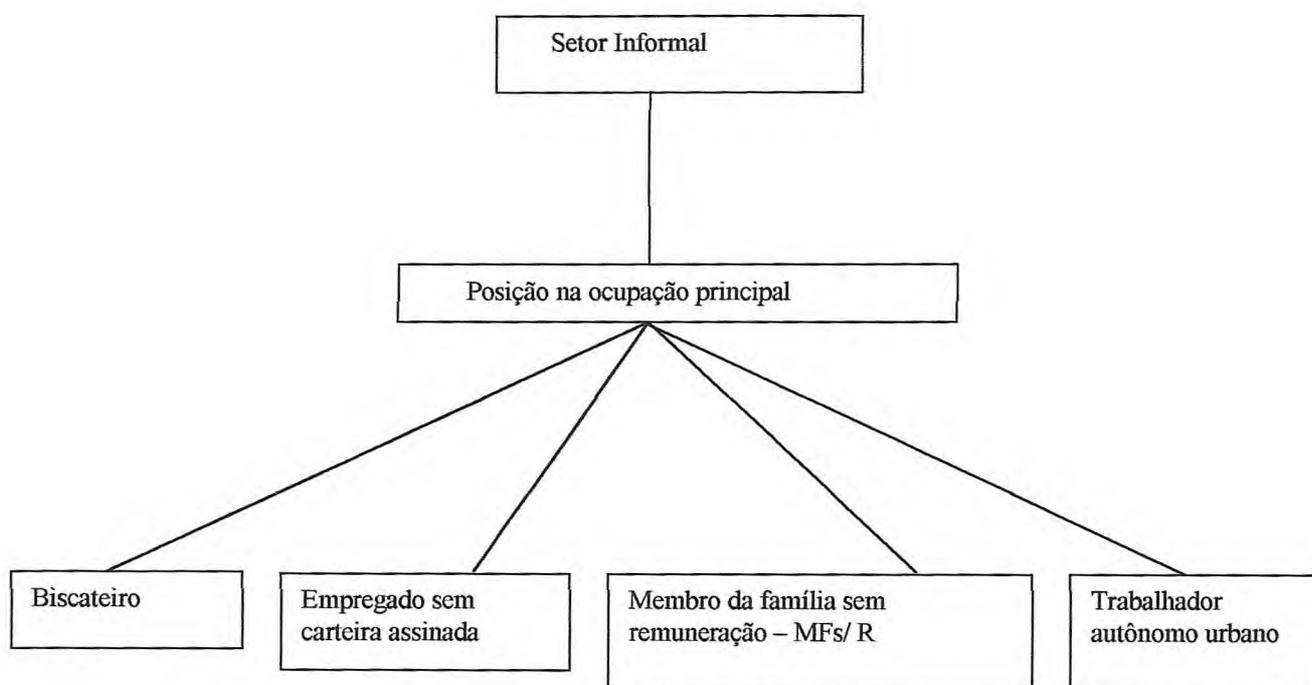
III.2 – Categorias do setor informal

Consideram-se como pertencentes ao setor informal neste trabalho, as seguintes categorias operacionais: empregado que não esteja institucionalmente legalizados (sem carteira de trabalho assinada); biscateiro

²⁵ Dedecca, Cláudio Salvadori; Baltar, Paulo Eduardo de Andrade e Henriques, Wilnês. Op. Cit.

(pessoa que trabalha por conta própria, mas não possui uma ocupação definida); trabalhador autônomo urbano (aquele que trabalha por conta própria possuindo uma ocupação definida não proveniente do setor primário), exceto o profissional liberal; membro da família sem remuneração (componente de uma unidade produtiva, à base do trabalho familiar, que não percebe qualquer espécie de pagamento monetário por seu trabalho). O diagrama abaixo explicita o procedimento metodológico utilizado (Uchôa: 1983, pg.19)

Figura – 3.1



Fonte: Uchôa, José de Freitas. Dimensão e Natureza do Setor Informal Urbano da Região Metropolitana de Fortaleza e os Municípios de Médio porte do Ceará. Fortaleza/CE. 1986.

Verifica-se que muitos estudiosos questionam os assalariados sem carteira assinada, como elemento que pertença ao setor não-capitalista, uma vez que independentemente do estabelecimento ou não do vínculo contratual formal, são trabalhadores a serviço do capital envolvidos diretamente com a produção de mais-valia.

Outro questionamento diz respeito aos trabalhadores autônomos(por conta própria) que produzem ou prestam serviços a uma única empresa, recebendo desta matéria-prima para confeccionar, total ou parcialmente, um produto. Souza, "alerta para a possibilidade de existir alguma vinculação dessas atividades com o capital, à medida que algumas de suas operações são financiadas". (Souza in Azevedo: 1985, pg. 45)

O biscateiro, por sua vez, realiza trabalho de pouca monta, sem ocupação definida, e compõe parcela quase desprezível em termos de participação na população ocupada- cerca de 0,3%. Finalmente, na categoria membro da família sem remuneração deveriam estar incluídos todos aqueles que estão ocupados na empresa familiar, seja empregado ou membro da família, remunerado ou não, uma vez que o fundamental é o fato da relação de produção se dar de forma distinta da relação de produção no núcleo capitalista da economia. Conclui-se que, a remuneração não é a condição relevante para que estejam ou não inseridos no setor informal.

De posse de tais explicações, passa-se a seguir a uma explanação de como funciona o mercado de trabalho em países como o Brasil. O esquema a seguir é proposto por Sabóia, para termos uma visão geral dos movimentos da mão-de-obra entre os setores do mercado de trabalho, em períodos de recessão e crescimento econômico.

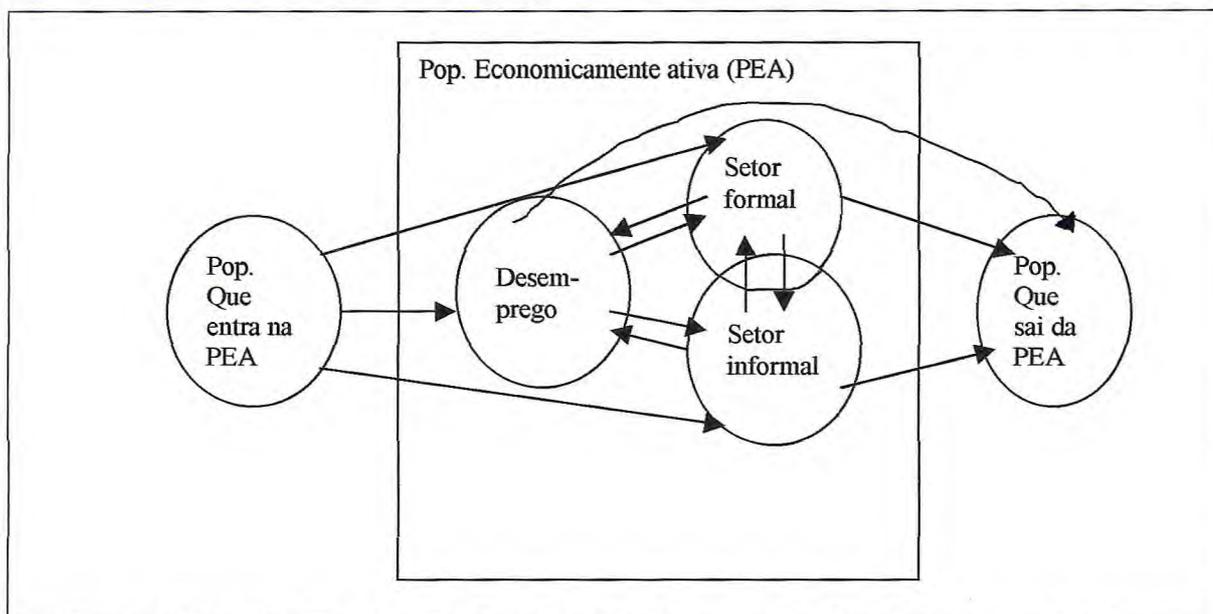
III.3 - O funcionamento geral do mercado de trabalho no Brasil

Divide-se a economia em dois grandes segmentos para uma melhor compreensão do funcionamento do mercado de trabalho no Brasil: o setor formal, caracterizado pela predominância das relações de produção capitalistas, pela nítida separação entre capital e trabalho e pelo assalariamento como forma padrão de remuneração dos trabalhadores, e o setor informal, caracterizado basicamente por organizações não(tipicamente)

capitalistas, onde não se verifica claramente uma separação entre o capital e o trabalho.

A figura abaixo representa o mercado de trabalho e as relações existentes entre os setores que o compõem.

Figura – 3.2



Fonte: João L.M.Sabóia. Transformações no Mercado de Trabalho no Brasil Durante a crise (1980 – 1983). Revista de Economia Política, vol. 6, n0. 3, jul/set 1986, pg. 84.

A população economicamente ativa (PEA) é composta por trabalhadores dos setores formal, informal e pelos desempregados. Chama atenção para a dificuldade de distinção entre os setores formal e informal, já bastante discutida no capítulo primeiro.

Os jovens que procuram seu primeiro emprego são em grande parte responsável pelo movimento de entrada na PEA. São também os jovens os mais penalizados no que diz respeito a questão do desemprego. Segundo Dupas, mais da metade do desemprego atual está concentrado na população de até 24 anos. Entre adolescentes (14 a 19 anos) ele cresceu de 25% (em 85) para 29% (em 95) e, entre jovens (20 a 24 anos), de 14% para 17%. Conclui-se então, que não é o chefe de família quem tem perdido emprego, e

sim o jovem. As conseqüências é que além de não poder contribuir com as despesas de casa, é vítima de bombardeio diário pela mídia de consumo. Sem emprego e com o aperto da renda familiar, o caminho a ser seguido pode ser a marginalidade.

Finalmente, há a questão da mulher brasileira que inclui em suas aspirações permanentes o trabalho fora de casa (década de 80). O motivo da inserção da mulher no mercado de trabalho pode ser atribuído a dois fatores: a queda da renda familiar e, os novos valores sociais. O que é relevante para o nosso trabalho é que, até então, a mulher se colocava fora do universo daqueles que estavam procurando trabalho, aliviando as estatísticas de desemprego. Segundo Duplas²⁶, essa situação deve estar influenciando de maneira significativa, e ainda não mensurável, o aumento das taxas durante esta década.

Quanto a saída, destaca-se em geral, três situações para as saídas: morte; trabalhadores que se aposentam(as mudanças que estão sendo processadas na previdência para que os trabalhadores se aposentem mais tarde, terão sérias implicações sobre o mercado de trabalho) e, os trabalhadores desalentados que após várias tentativas frustradas em busca de emprego desistem.

Segundo Sabóia (1986) existe um movimento constante de passagem de trabalhadores entre os setores e entre estes e a situação de desemprego aberto (trabalhadores que estão pressionando o mercado de trabalho), ou seja, a constância deste movimento depende da fase do ciclo econômico. Quando a economia está em período de crescimento, os trabalhadores que estão desempregados ou se encontram no setor informal tendem a ocupar postos de trabalho no setor formal. Já nos períodos de recessão, em geral o movimento é o inverso, caracterizando a tendência ao comportamento anticíclico do setor informal, que se reduz nos períodos de aceleração, conseqüentemente há uma elevação da renda dos que ali permanecem. Há uma ampliação nos períodos de contração da atividade

econômica, justamente por ser “escoadouro” para onde se dirigem o contingente excluído ou mesmo os jovens que não conseguem emprego. Contudo, deve-se salientar que este comportamento anticíclico do setor informal, particularmente nos períodos de expansão, não pode ser tomado como uma lei de funcionamento geral, já que a absorção da mão-de-obra por parte do capitalista dependerá da forma que se realiza tal crescimento. Se, por exemplo, a expansão se processar ao lado de uma elevação da composição orgânica do capital, provavelmente observa-se uma destruição de postos de trabalho e uma realocação para o setor informal da mão-de-obra excedente.

Sabe-se que, a passagem de um trabalhador do setor formal para o informal nem sempre é imediata e sem dificuldades (questão já discutida no primeiro capítulo). Inicialmente este trabalhador experimenta um período de desemprego antes de se lançar no mercado informal.

Dos ingressantes no setor informal, grande parte permanece definitivamente, pelas seguintes razões: por interesse em autonomia; por acharem que ganham mais como autônomo do que como assalariados e, por não conseguirem vaga no mercado formal. Pesquisas revelam que a permanência no setor informal torna-se, cada vez mais uma opção.

Em pesquisa pioneira, o IBGE (maio/97), restrita à cidade do Rio de Janeiro revela dados surpreendentes. As categorias alvo dos pesquisadores foram, entre outros, encanadores, manicuras, donos de pequenos negócios, taxistas, especialistas em informática e banqueiros. Dados revelam que somente 8% desses trabalhadores informais declararam ter escolhido essa atividade em função da perda do emprego no setor formal; a maioria deles, 56%, estão na atividade há mais de 5 anos; e 30% há mais de 10 anos e , somente 14% vivem na informalidade há menos de um ano. Outro dado importante é a questão da receita média encontrada para o setor, da ordem de R\$ 1.131,00. A prestação de serviços técnicos é a responsável pela maior

²⁶ Op. Cit.

remuneração encontrada no setor. Conclui-se que “a atividade informal, cada vez mais, está se tornando uma escolha no Brasil”.

De posse de tais informações, torna-se mais difícil ‘entender’ a afirmação de Mailson da Nobrega: “vai-se para a economia informal por inexistência de outras opções – mas também se poussa ali por malandragem pura e simples”(Veja: 1995, pg. 997).

Na próxima seção ter-se-á o retrato do setor informal, resultados da mais recente pesquisa desenvolvida pelo IBGE.

III.4 - O retrato do setor informal no Plano Real

Pesquisa recente do IBGE(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 1997) traça perfil da atividade informal no Brasil num período de recessão para a economia nacional.

O IBGE adota o mesmo conceito de informalidade usado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho). Para esta instituição ” é informal toda atividade em que não há distinção entre o núcleo familiar e o negócio, ou seja, mesmo que haja separação física, como uma pequena loja, a organização da “empresa “não permite ao dono saber o que é patrimônio próprio e o que é dinheiro investido na sua fonte de renda”.

O objetivo de tal pesquisa é “desmistificar” o setor, quando afirma que o setor informal contribui com aproximadamente, 8% (R\$ 69 bilhões) do PIB (estimativa preliminar com base no PIB de 97) – total de bens e serviços produzidos no país, ao mesmo tempo que pretende criar condições para que haja comparações futuras com outras economias informais de outros países.

Neste aspecto, faz-se uma crítica à superficialidade da metodologia usada para desenhar um setor pouco afeito à declarar espontaneamente seus números reais, menos ainda à um entrevistador oficial”.

É preciso ter então cuidado ao avaliar os números da informalidade no que diz respeito à data da pesquisa. A data de divulgação da pesquisa que traça o perfil do trabalhador informal é de junho de 1999, mas os dados foram coletados em outubro de 1997.

Sabe-se que a economia dos países “emergentes” é uma economia vulnerável que flutua de acordo com a conjuntura internacional. Relembra-se das duas crises internacionais que abalaram fortemente a economia brasileira, com agravamento do setor informal. O “pacote 51”, motivado pela crise asiática, com 51 medidas que, entre outras, restringiram o crédito, aumentavam juros e impostos. Já a crise russa, em meados de 1998, veio explodir na economia nacional em janeiro, quando foram tomadas medidas idênticas para conter a desvalorização do real. Diante de tais situações os trabalhadores excluídos se lançam na informalidade.

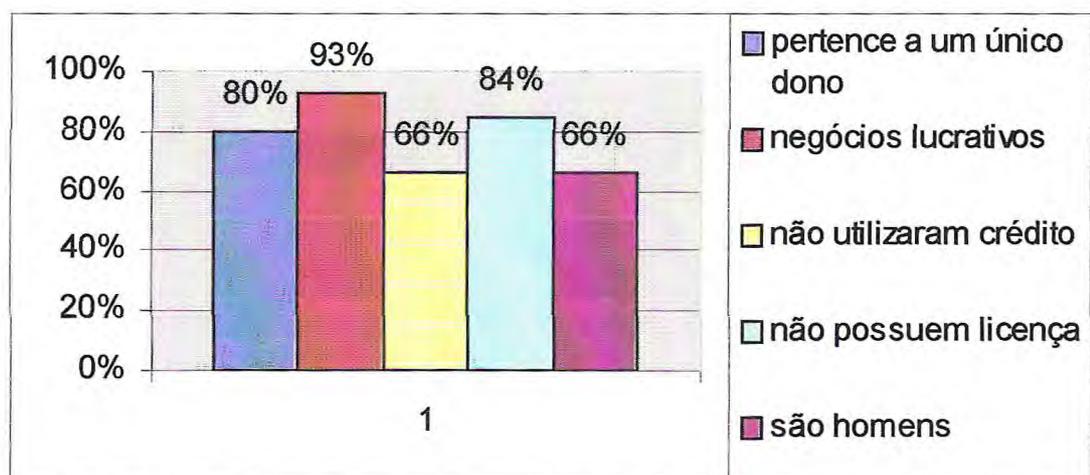
Essa visão superficial que o IBGE fornece do setor informal, revela por si só o grave problema que se tornou o setor informal. Fala-se em visão superficial, pois o mesmo não considera em sua pesquisa: ao considerar os empreendimentos no Brasil com até cinco empregados(três, na pesquisa específica do Ceará), deixa de fora outras empresas com registros jurídicos irregulares; o “caixa-dois”, prostituição e o tráfico de droga. Essa exclusão, segundo o presidente nacional do IBGE, Sérgio Besserman, “são segmentos impossíveis de pesquisar”. O IBGE nem ao menos inclui em suas pesquisa os empregados domésticos sem carteira assinada, que somariam 32% no total da população ocupada no país e, por último as atividades agrícolas. O IBGE mostra apenas uma face do problema, cuja realidade é mais dramática do que se pensa.

Segundo Pochman, " estamos passando, há vários anos, por períodos de queda da atividade econômica, o que é um terreno fértil para o crescimento da informalidade". Com o inchaço do setor informal a renda média tende a cair, dada a necessidade de sobrevivência dos desempregados que ali buscam uma saída.

Observa-se nos gráficos abaixo, uma visão do retrato do setor informal segundo critérios adotados pelo IBGE.

No gráfico abaixo, 80% do negócio dos trabalhadores do setor informal pertence a um único dono, 93% são negócios lucrativos, 84% deles não utilizaram crédito para o início de suas atividades, 66% não possuem licença para desenvolver tal atividade e, 66% dessa população são homens, ou seja, a maioria das atividades informais são administradas por homens.

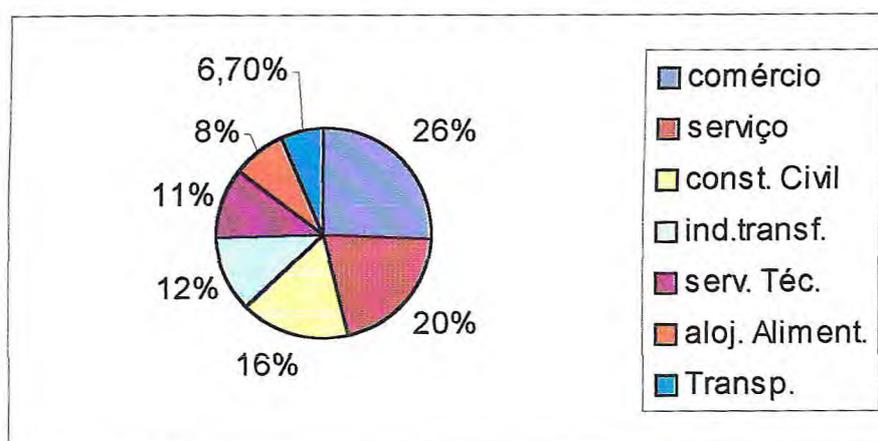
Gráfico- 3.1
Retrato do setor informal
Brasil – 1997



Fonte: IBGE – 1999.

Segundo IBGE, a mão-de-obra empregada no setor informal é de 12,87 milhões de pessoas ou 25% da população ocupada do país, distribuídos por 9,478 milhões de empresas, cuja receita média é de R\$ 1.405,00. Os trabalhadores do setor informal se concentram basicamente, segundo gráfico abaixo, no comércio, com uma receita média mensal de R\$ 2,219.00.

Gráfico – 3.2
Concentração da informalidade por atividade
Brasil – 1997

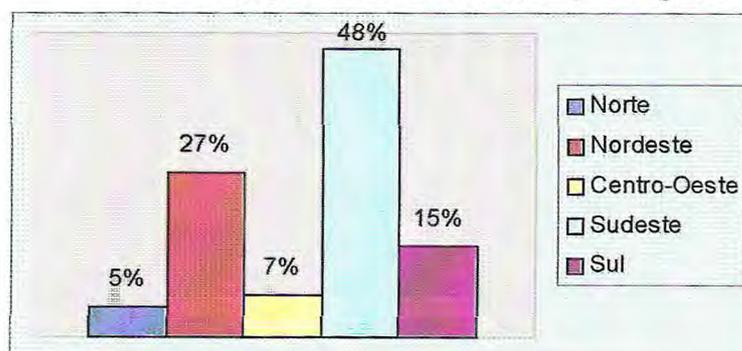


Fonte: IBGE – 1999.

É justamente na atividade comércio (26%) que mais cresce a “concorrência desleal” da economia informal na região metropolitana de São Paulo. Segundo Fábio Pina, economista da FCESP (Federação do comércio do Estado de São Paulo), “o comércio representou, em outubro de 1997, cerca de R\$ 3,5 bilhões da receita informal no país. Hoje, representa bem mais. O problema é que mais da metade dessa informalidade está em São Paulo, aumentando a concorrência desleal com o comércio legalmente estabelecido”.

A concentração da atividade nos serviços representa 20%, seguida pela construção civil com 16%. A indústria de transformação contribui com 12%. Em 5º, 6º e 7º, vêm serviços técnicos, alojamento e alimentação e transporte, contribuindo cada um com 11%, 8% e 6,7% respectivamente.

Gráfico - 3.3
Concentração da informalidade por região



Fonte: IBGE – 1999.

A concentração dos negócios informais se encontra sobretudo na região Sudeste(47,5%), seguida pela região Nordeste(27%). Já a região Norte ficou com a menor fatia da distribuição das atividades informais pelo país(5%),segundo IBGE.

Outro dado revela que 57% desses “empreendedores” não nasceu nos municípios onde trabalham e, que optaram pela atividade informal pela perspectiva de ter o próprio negócio.

Na seção seguinte analisa-se o desempenho do setor informal no período de julho de 1994 aos dias atuais.

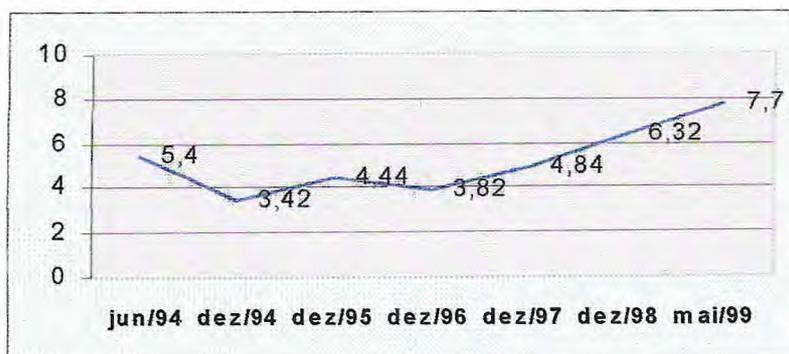
III.5 – Plano Real, desemprego e o setor informal

III. 5.1 - A lógica de funcionamento da economia no Plano Real

Uma breve análise da lógica de funcionamento do plano de estabilização nos permitirá entender melhor o comportamento do setor informal no período em questão.

A seqüência de gráficos abaixo nos fornecerá uma compreensão superficial dos graves problemas - câmbio valorizado, elevação da dívida pública, elevação das taxas de juros e etc. - com destaque para o desemprego, enfrentado pelo país ao longo dos anos de implementação do plano de estabilização econômica.

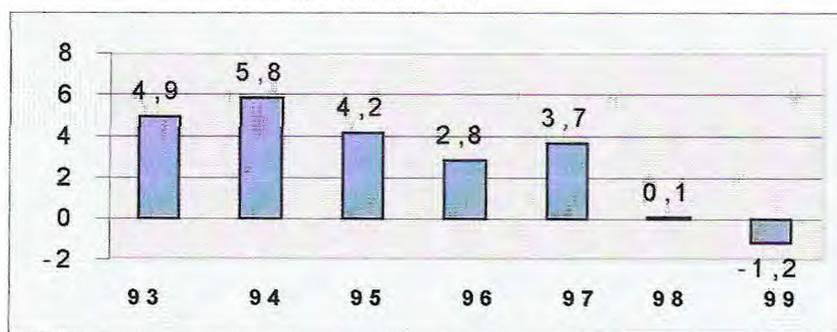
Gráfico- 3.4
% da PEA desempregada em seis regiões metropolitanas



Fonte: IBGE

Observa-se então, ao analisar o gráfico acima que no primeiro semestre de implementação do Plano Real, o nível de desemprego sofreu uma queda da ordem de 1,98%. Tal fato decorre principalmente da euforia que se segue após a implantação do plano em questão. Neste período praticamente todos os indicadores econômicos são positivos (ver gráfico – 3.5). Em dezembro de 1995, o nível de desemprego eleva-se em 1,02% em relação ao mesmo período de 1994. Em dezembro de 1996, o desemprego sofre uma pequena queda de 0,62% em relação ao período anterior. De dezembro de 1997 até o mês de maio de 1999 as taxas de desemprego são de 4,84%; 6,32% e 7,7% respectivamente. As elevadas taxas de desemprego são justificadas principalmente pela recessão que o país enfrenta. Pode-se observar tal fato no próximo gráfico.

Gráfico- 3.5
Var. % real do PIB



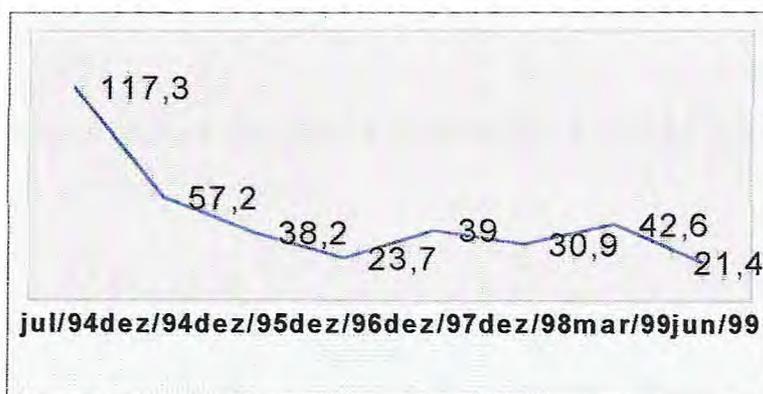
Fonte: IBGE

* o índice de -1,20 é uma previsão para o ano de 1999.

No ano de implementação do Plano Real, o PIB (Produto Interno Bruto) apresentava uma variação real da ordem de 5,80%, sinal de uma economia em plena atividade econômica, justificando a taxa de desemprego de apenas 3,42% (ver gráfico - 3.4). Em 1995, a variação do PIB sofre um declínio de 1,60% em relação ao mesmo período de 1994. Em 1997, após uma pequena recuperação da variação do PIB em 0,90%, em relação a 1996, o país passa a apresentar taxas declinantes (0,10) e negativas de (-1,20, previsão para o ano de 1999.), caracterizando um período recessivo com estagnação da atividade industrial, e altas taxas de desemprego.

A recessão é provocada sobretudo pelas altas taxas de juros, que privilegia o capital especulativo em detrimento do investimento.

Gráfico - 3.6
Juros do CDI*, em % ao ano



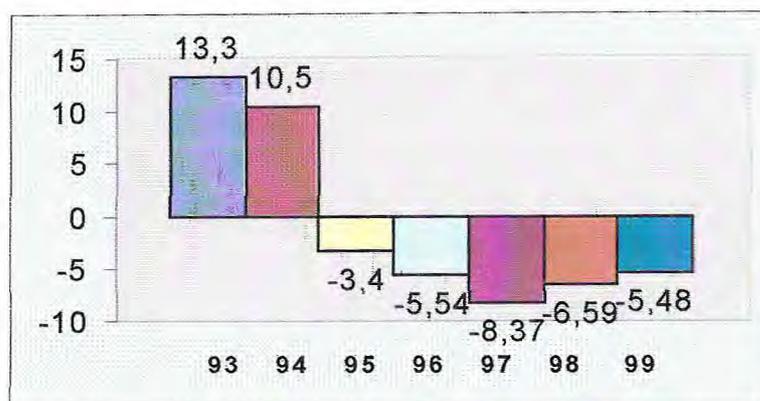
Fonte: bancos e Folha
(*) juros do mercado interbancário.

O Brasil já possui as maiores taxas de juros do mundo, e um valor de 117,30% (jul/94), é um valor estratosférico. A menor taxa de juros do período é de 21,4% (jun/99). A taxa de juros anual varia de acordo com a entrada ou fuga de divisas(dólar).

A abertura comercial é outro agravante para a recessão. A abertura da economia com o intuito de aumentar a competitividade das empresas (com taxas de juros tão elevadas como é possível competir?), e sobretudo barrar o consumo interno para controlar a inflação, ocasionou um grave problema para

a balança comercial, de superavitária para deficitária, ou seja, o país importou mais do que exportou. O gráfico abaixo mostra a grandeza do problema.

Gráfico - 3.7
Saldo anual da balança comercial, em US\$ bilhões

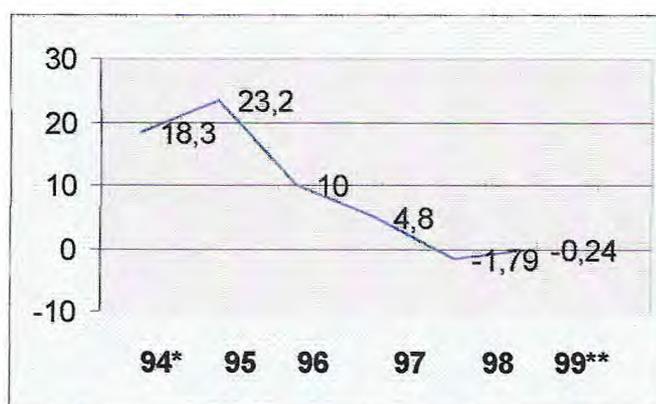


Fonte: Secex

(*) o valor destacado para 1999 é em 12 meses até maio.

Como já ressaltamos acima, a abertura comercial teve efeito decisivo no combate ao controle da inflação.

Gráfico - 3.8
Variação percentual anual da inflação

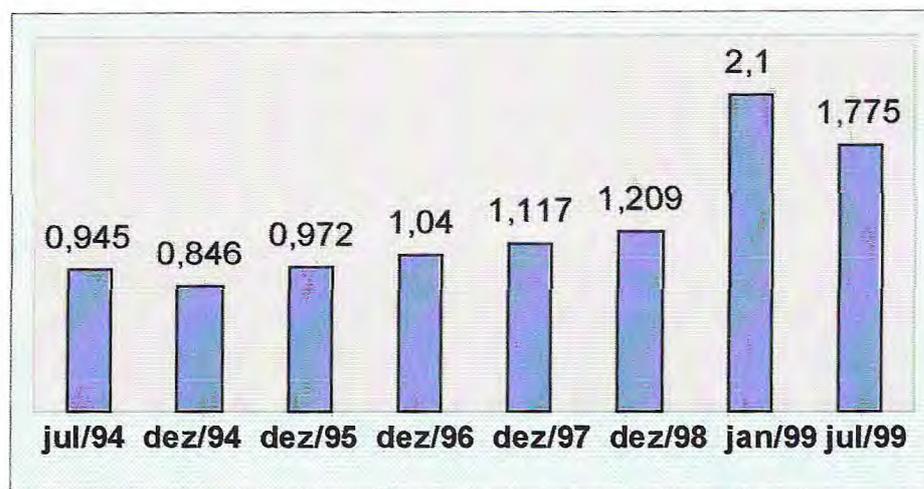


Fonte: Fipe

(*) jul a dez/94; (**) 12 meses até maio.

é o ano com o maior índice de inflação do período (23,20%). Tal fato se justifica pela euforia do consumo das classes menos privilegiadas. As medidas adotadas pelo governo para conter a demanda por bens e serviços levaram a redução das taxas de inflação.

Gráfico - 3.9
Valor do dólar, em R\$

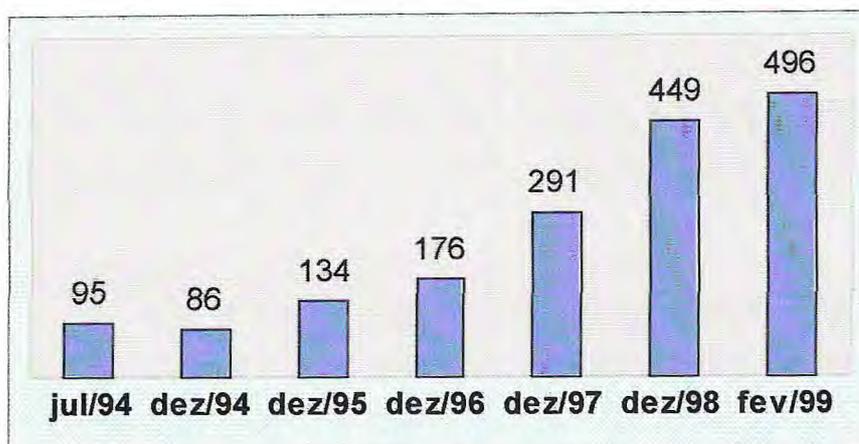


Fonte: Folha

O salto verificado em janeiro/99, ocorre principalmente em decorrência da crise asiática, em meados de 1997, contribuindo para a fuga das reservas cambiais. O governo perdeu fôlego para enfrentar a crise internacional, e desistiu de defender a moeda forte, principal característica do plano, em janeiro de 1999.

O resultado de tal política foi a explosão da dívida pública federal. O valor atual de R\$ 496 bilhões, é quase 6 vezes maior que o valor de 94, ano em que o plano real foi implementado. Ver gráfico abaixo.

Gráfico – 3.10
Total da dívida federal em títulos, em R\$ bilhões



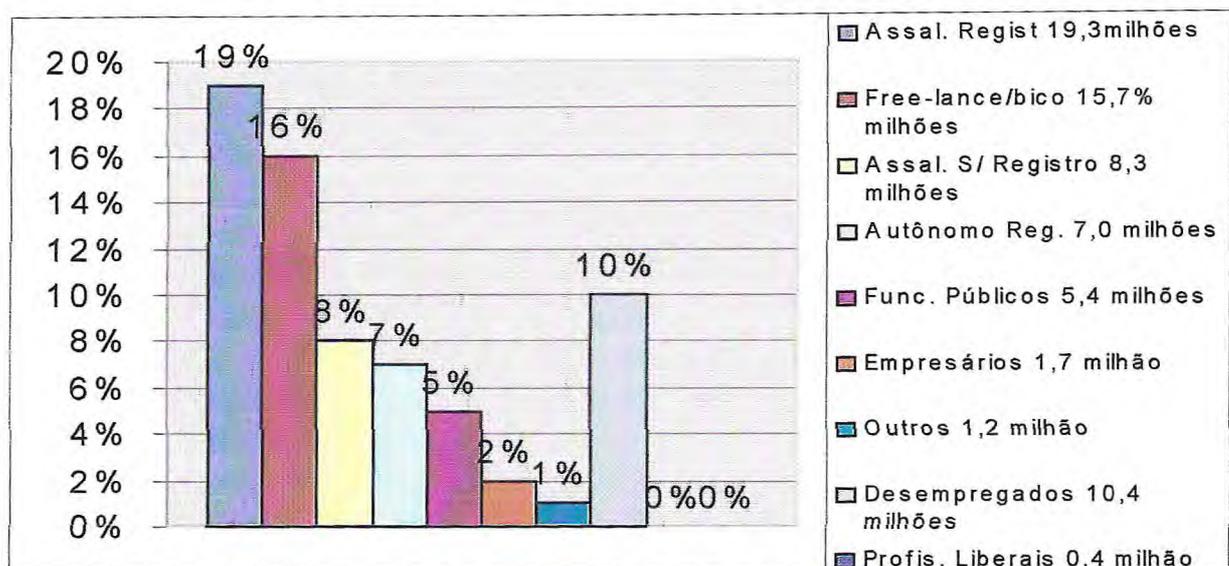
Fonte: Mercado

III .5.2 – Plano Real e o desemprego

O esquema apresentado na seção anterior permite entender porque o real deixa 10 milhões sem emprego. “Além dos 10,4 milhões de desempregados que procuram emprego, a pesquisa Data folha revela outros 12,0 milhões de brasileiros que poderiam ser classificados como desempregados ocultos pelo trabalho precário” (Folha: 27 de junho de 1999,pg.6). Este percentual de trabalhadores vivem, segundo a pesquisa, de bicos, serviços esporádicos ou, na melhor das hipóteses, como assalariados sem registros. Segundo a pesquisa Data folha, 52% dos brasileiros que sobrevivem graças ao bico e ao assalariamento informal afirmam que não o fizeram por vontade própria, mas por falta de alternativa melhor.

Tal fato revela, que o crescimento do trabalho sem registro formal é um indicador da deterioração das condições do mercado de trabalho, mesmo para quem ainda consegue manter seu emprego. O gráfico abaixo mostra uma visão da PEA no Brasil.

Gráfico -3.11
Pop. Economicamente Ativa do Brasil
Brasil – 1999.



Fonte: Folha junho de 1999.

Em julho de 1993, um ano antes do Plano Real ser lançado, 27% da PEA era assalariada com registro em carteira. No aniversário de 5 anos do real, esse percentual havia caído para apenas 19%. Para os trabalhadores expulsos do mercado formal, em julho de 1993 o percentual era de 11% e atualmente atinge 16%.

Observa-se então, que a implementação do Plano Real teve reflexos negativos para os indicadores do mercado de trabalho. Verifica-se tal fato, principalmente ao analisarmos a variação do nível de emprego, que significa a diferença entre o total de pessoas admitidas e desligadas, é um dos indicadores que reflete a problemática do desemprego.

Tabela – 3.1
Variação do nível de emprego

Macroregião	Anos			
	1995	1996	1997	1998
Brasil	-412.148	-304.873	-35.735	-581.767
Nordeste	-28.188	-6.948	-1.294	-35.260
Ceará	-2.924	1.990	4.031	-7.460
Fortaleza	-2.420	755	41	-12.009

Fonte: Cadastro geral de empregados e desempregados – Lei. 4.923/65 MTE.

Para uma análise da tabela acima é importante fazer uma relação com o gráfico 3.4 e, principalmente com o gráfico 3.5 que indica o nível de atividade econômica. No período analisado constata-se que o Brasil teve um saldo negativo de emprego de 412.148 (no mesmo período a variação do PIB sofre uma queda de 1,60%, em relação ao mesmo período de 94 (5,80), em 1995, a variação negativa é menor que no ano anterior (107,275). Em 1997 a redução de postos de trabalho é a menor do período com 35.735, mas observa-se que nem a recuperação do PIB foi capaz de anular a redução de postos de trabalho. “Em 1998 temos caracterizado o período recessivo, com um saldo negativo de 581.767 demissões. Segundo dados do Ministério do Trabalho, o Brasil já perdeu 755.379 empregos formais desde a implantação do Plano Real(01/07/1994). Nos anos 90, se estima que suprimam 2.348.163 vagas.”(Lesbaupin e Abreu: 1999, pg.9)

A nível de Região Nordeste observa-se a mesma tendência de perdas de empregos formais. O ano de 1997 se destaca pelo baixo nível de demissões(-1.294). Em 1998, dado o período recessivo, as demissões são quase três vezes superiores ao período de 1995.

recessão que enfrenta o país até dias atuais. Destacam-se os anos de 1996 e 1997 com a geração de 1.990 e 755 empregos formais para o Ceará e Fortaleza respectivamente. Em 1997 a geração de empregos formais para o Ceará é o maior verificado (4.031), e Fortaleza apesar do saldo positivo, é bem inferior ao ano de 1997.

Pode-se constatar ao observar tais indicadores, que o saldo de empregos acompanha um movimento cíclico, refletindo, dessa maneira as crises atravessadas pela economia brasileira, bem como a incapacidade de geração de empregos do setor formal da economia, face ao crescimento da População Economicamente Ativa (PEA). Logo, tem-se um crescimento do desemprego, seguido de crescimento do setor informal (absorvendo o contingente excluído) .

III .5.3- O mercado informal de trabalho em Fortaleza

Como já era previsível, os resultados sobre o mercado de trabalho na cidade de Fortaleza são negativos, dada a configuração da política econômica em curso, que por concentrar a maioria da população ocupada no Estado, reflete o comportamento do mercado de trabalho em todo o Ceará.

De acordo com a tabela 3.2, observa-se a porcentagem da população ocupada, em relação `a população em idade ativa (população com idade igual ou maior que 10 anos) apresentou uma tendência de queda.

Tabela -3.2
Indicadores médios anuais do mercado de trabalho
Fortaleza – 1994/ 1998

Indicador	Ano				
	1994	1995	1996	1997	1998*
Participação	45,24	46,36	46,09	45,87	43,18
Ocupação (PEA)	40,30	41,96	40,98	40,57	37,73
Ocup. Informal	54,81	54,99	53,47	53,94	52,99
Desemp. Aberto	10,64	9,13	10,72	11,08	11,98

Fonte: pesquisa direta – SINE/IDT-OS

(*) dados de 1998 são do primeiro semestre.

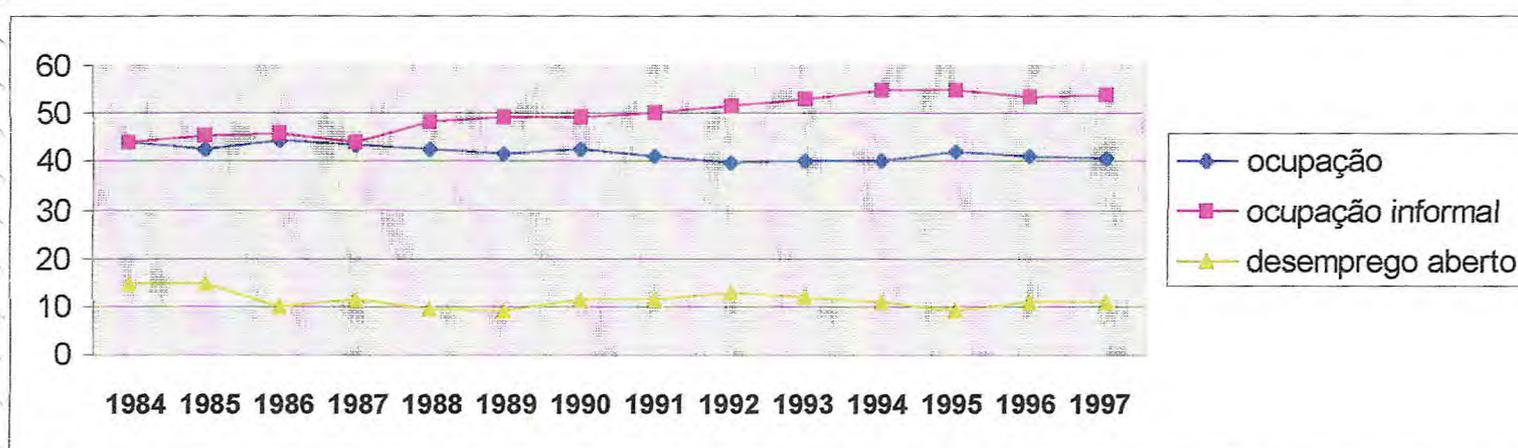
Constata-se que neste período a geração de empregos formais foi considerada inexpressiva, pode-se, então, deduzir que o setor informal foi o responsável por esse crescimento no total de ocupação. O forte crescimento do setor informal, sempre acima de 50% é justificado pelo período recessivo que atravessa o país, ou seja, o setor formal recua, abrindo espaços econômicos para o setor informal

Uma análise das taxas de desemprego aberto demonstram claramente o impacto negativo, ao longo de mais um plano de estabilização econômico, sobre o mercado de trabalho. Em período de relativa melhora, com recuperação do ritmo da atividade econômica, como o ano de 1995, marcado ainda pela euforia de consumo das camadas populares, as taxas declinaram um pouco sem que houvesse, efetivamente, uma recuperação do nível de emprego.

Em relação a taxa de participação, esta manifesta uma tendência peculiar de ligeira redução, o que significa que menos pessoas estão

Os trabalhadores que não conseguem uma ocupação buscam sua sobrevivência no setor informal. Observa-se com maior clareza o comportamento do mercado informal de trabalho ao longo dos anos, no gráfico 3.12, com apresentação das taxas de ocupação; desemprego aberto e ocupação informal (a taxa de ocupação informal é medida pelo quociente entre os ocupados informais e a população ocupada total.)

Gráfico- 3.12
Taxas de ocupação, ocupação informal e desemprego aberto
Fortaleza
1984 – 1997



Fonte: Pesquisa Direta – SINE/CE – IDT - OS

Observa-se no gráfico acima que a partir de 1991, a taxa de ocupação é descendente, enquanto que a taxa de ocupação informal e o desemprego aberto ²⁷ são ascendente, exceto para o ano de 1995, fato justificado pela euforia de consumo da população mais carente.

O material exposto até o presente momento fornece uma visão, da precariedade do mercado de trabalho no Brasil.

²⁷ Pessoas que não estão exercendo nenhuma atividade laboral, encontram-se pressionando o mercado de trabalho nos últimos 30 dias e não trabalharam nos 7 dias anteriores à entrevista.

O material exposto até o presente momento fornece uma visão, da precariedade do mercado de trabalho no Brasil.

III. 6 - Considerações finais

Por pior que seja a economia informal, lá sempre é encontrado opções de trabalho e renda, por menor que seja, e a estabilidade que não se tem no setor formal, por mais precária que seja, sempre pode ser encontrada no setor informal. Mas, este não é o objetivo de nosso trabalho, pois supõe-se que todos os cidadãos merecem viver dignamente, e o setor em questão estar longe de possibilitar tal dignidade. Cabe, aos governantes a tarefa de cuidar, manter as pesquisas atualizadas e, na medida do possível amenizar o grave problema que se tornou o setor informal, frente a uma economia desestabilizada, navegando em mares tumultuosos, e praticamente sem comando. A tarefa de sobreviver cabe a todos, mas a tarefa de zelar por todos, cabe aos governantes eleitos pela maioria por voto direto, cuja credibilidade lhes é confiada.

Conclusão

Conceituamos como setor informal neste trabalho as formas de produção não-capitalistas, conseqüência da expansão do próprio capitalismo, que ao destruir certas atividades realizadas pela pequena produção cria e recria espaço para antigas e novas atividades não tipicamente capitalistas. E, neste aspecto afirma-se que o setor informal é uma conseqüência do sistema capitalista e, portanto a ele subordinado.

Passados 5 anos, até o presente momento, o Plano Real foi efetivamente a principal realização deste governo. A queda da inflação é um benefício para todos, mas não significa necessariamente distribuição de renda. A renda, ao contrário do que se tem divulgado, não foi redistribuída para os 50% mais pobres. O Brasil é hoje, o país de maior desigualdade social no mundo. Ver tabela anexo. Dentro da concepção que norteia a política econômica do governo, tal fato se explica perfeitamente, porque um dos meios utilizados para controlar a inflação é manter baixo o consumo da maioria, o que é conseguido com a manutenção dos salários num patamar baixo, ou seja, a possibilidade de distribuição da renda é totalmente vetada pela política do governo.

Conclui-se então, que de um jeito ou de outro o trabalhador sempre perde. O trabalhador não perde apenas seu emprego, mas sobretudo sua dignidade. O que é ainda mais grave, é que apesar dos baixos índices, a inflação ainda é uma ameaça. É bom que a sociedade se mobilize para que a mesma permaneça em níveis aceitáveis, pois caso contrário, os efeitos serão ainda mais perversos.

O Plano Real criou os meios para os ideários neoliberais, acoplados com a globalização, devastarem com a economia nacional. Hoje, o pensamento neoliberal dominante considera que o Estado não é mais responsável pelo bem-estar de toda a sociedade: saúde, a educação, a moradia e o emprego devem ser buscados através do mercado, de forma privada e individual. O argumento usado é que o Estado não tem condição de

garantir estes bens para todos. A negação da responsabilidade do Estado significa negar os direitos sociais. Em outras palavras, os ideários neoliberais pregam a amputação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU em 1948. A eliminação destes direitos significa eliminar as conquistas sociais dos últimos cem anos, ou seja, uma regressão ao 'capitalismo selvagem'. Sabe-se que os princípios econômicos neoliberais, que são apresentados como 'o caminho da modernidade' são, na verdade, uma volta atrás em termos de direitos humanos, um retorno ao passado em termos de economia, a uma época cujos resultados sociais conhecemos bem: o pauperismo. Segundo estes princípios, a regra da convivência social passaria a ser a 'lei da selva', onde sobrevivem apenas os mais fortes.

Outro ponto importante refere-se ao processo de globalização. É preciso rejeitar o argumento que diz que a globalização é um processo inevitável, que os rumos atuais da economia mundial são inexoráveis: só resta ao homem se submeter. Em primeiro lugar, porque cada país tem sua forma particular de reagir frente à situação econômica.

O segundo ponto a ser destacado, diz respeito com a questão ética e filosófica: se não há alternativa, não há liberdade, ou seja, se a função do ser humano for a submissão, isto significa que o ser humano não é construtor do mundo, não é artífice da história, é apenas objeto do determinismo econômico.

O Brasil está chegando ao final do segundo milênio com uma população de 152 milhões de habitantes, dos quais mais de um terço está excluída do direito a uma vida digna e outro terço sobrevive em condições difíceis em atividades informais ou precárias.

Tal quadro de exclusão social, justifica-se pelas elevadas taxas de desemprego que assola a população. A década de 90, trouxe sérias conseqüências para o mercado de trabalho brasileiro, levando a deterioração das condições de vida de milhões de trabalhadores.

Face a tal situação, a reação do mercado de trabalho é absorver grande parte deste contingente excluído através do setor informal da economia, com crescimento dos empregados sem carteira assinada na população ocupada.

O forte crescimento do mercado informal em relação ao formal é justificado por ser esta a única alternativa de sobrevivência durante as crises econômicas, tanto por parte do trabalhador desempregado quanto pela empresa capitalista.

A mão-de-obra desempregada (excluída) em decorrência da redução de oportunidades de emprego, ingressa nas atividades informais para garantir o seu sustento e o da própria família, dada a facilidade de entrada em virtudes de não apresentarem fortes barreiras.

Acredito que o objetivo central desta monografia tenha sido alcançado. Observou-se que o comportamento do setor informal citou-se dentro da tendência já esperada de ampliação de pobreza e miséria, dado o seu transbordamento.

Neste aspecto chama-se atenção para o modo como ocorre a inserção do desempregado no setor informal em período de retração da economia, ou seja, de uma forma bastante desvantajosa para o trabalhador.

Acredito que a política direcionada para o setor informal tem que ser revista, visto que o mesmo não garante crescimento sustentável. É importante olharmos para o setor informal como uma alternativa, não pode ser a regra. É preciso que sejam tomadas providências urgentes no sentido de criar condições para o aumento da oferta de vagas, pois o que está em jogo é a própria estabilidade nacional. É preciso reativar o círculo vicioso: se há consumo, há empreendimento; se há empreendimento, há emprego; se há emprego, há consumo. Com base nessa concepção, tende-se ao raciocínio de criar estruturas que alavanquem a relação empreendimento – emprego – consumo.

Para que isso ocorra é preciso que o governo tenha governância e governabilidade, a partir de então, a geração de emprego e renda podem ser uma realidade na vida de milhões de brasileiros que vivem à margem. Oportunamente, é bom lembrar que, o governo existe a serviço da sociedade, do bem comum e, neste aspecto o fundamental é a pessoa humana, é a sociedade. A economia está a serviço da sociedade e não a sociedade a serviço da economia.

Anexos

Tabela 1

Desigualdade no mundo em ordem crescente

no.	País	40-	10+	10+/40-
1	Holanda	22,4	21,5	1.0
2	Bélgica	21,6	21,5	1.0
3	Hungria	20,5	20,5	1.0
4	Japão	21,9	22,4	1.0
5	Alemanha	20,4	24,0	1.2
6	Suíça	20,1	23,7	1.2
7	Firândia	18,4	21,7	1.2
8	Noruega	18,9	22,8	1.2
9	Iugoslávia	18,7	22,9	1.2
10	Irlanda	20,3	25,1	1.2
11	Israel	18,0	22,6	1.3
12	Espanha	19,4	24,5	1.3
13	Reino Unido	18,5	13,4	1.3
14	Dinamarca	17,4	22,3	1.3
15	Paquistão	20,6	26,8	1.3
16	Estados Unidos	17,2	23,3	1.4
17	Suécia	20,5	28,1	1.4
18	Canadá	17,1	23,8	1.4
19	França	17,0	26,4	1.6
20	Barbados	18,6	29,3	1.6
21	Itália	17,5	28,1	1.6
22	Coréia do Sul	16,9	27,5	1.6
23	Bangladesh	17,3	29,5	1.7
24	Nova Zelândia	15,9	28,7	1.8
25	Uganda	16,6	30,7	1.8
26	El Salvador	16,5	29,5	1.9
27	Hong Kong	16,2	31,3	1.9
28	Austrália	15,4	30,5	2.0
29	Egito	16,5	33,2	2.0
30	Índia	16,2	33,6	2.1
31	Sri Lanka	15,9	34,7	2.2
32	Portugal	15,2	33,4	2.2
33	Tailândia	15,2	34,1	2.2
34	Indonésia	14,4	34,0	2.4
35	Trindad e Tobago	13,3	31,8	2.4
36	Argentina	14,1	35,2	2.5
37	República Dominicana	14,5	37,9	2.6
38	Filipinas	14,1	37,0	2.6
39	Bahamas	12,2	32,9	2.7
40	Fiji	12,5	37,8	3.0
41	Costa Rica	12,0	39,5	3.3
42	Venezuela	10,3	35,7	3.5
43	Turquia	11,5	40,7	3.5
44	Nepal	12,6	46,5	3.7
45	Malaysia	10,2	39,8	3.9

46	Colômbia	11,2	44,1	3,9
47	Maurício	11,5	46,7	4,1
48	México	9,9	40,6	4,1
49	Zâmbia	10,8	46,4	4,3
50	Costa do Marfim	8,6	43,7	5,1
51	Quênia	8,9	43,7	5,1
52	Botsuana	7,6	42,1	5,5
53	Peru	7,0	42,9	6,1
54	Panamá	7,2	44,2	6,1
55	BRASIL	7,0	50,6	7,2

Fonte: Psecharopoulos (1991)

Bibliografia

- A chave do emprego – Estudar vale ouro. Veja, São Paulo: Ano 31 – no. 38, pg. 110 – 117, set. 1998.
- Anderson, Perry. Balanço do Neoliberalismo: 1995
- Azevedo, Beatriz Regina Zago de. A produção não-capitalista: uma discussão teórica. Porto Alegre, FEE, 1985.
- Barbosa, Rosana Rodrigues. O comportamento do setor informal no ciclo de conjuntura. Fortaleza, UFC, 1993.
- Cacciamali, Maria Cristina. Setor informal urbano e formas de participação na produção. Ensaios econômicos, IPE – USP, no. 26, 1983.
- Dupas. Economia, T & D 33 – nov/dez 96/jan 97.
- FENAE AGORA, As perspectivas da globalização – edição 9 – Ano 1 – no. 9 – outubro de 1998.
- FENAE AGORA, Certo ou errado? Como escolher a melhor opção educacional - edição 12 – Ano 1 – janeiro de 1999.
- Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro, pg. 2-1, 2-2,2-3 e 2-4. 27/06/1999.
- Folha de São Paulo, 21/2/99.
- Inverta, Coluna José Nilo Tavares: Globalização Econômica e Neoliberalismo, pg.2,28/4 a 4/5/1999.
- Katz, Fred. A questão conceitual nos estudos contemporâneos de atividades econômicas de pequena escala, suas relações com as teorias de desenvolvimento econômico. Uma breve resenha histórica e crítica. ANPEC. 1986.
- Lesbaupin, Ivo & Abreu, Antonio. Comunicação & política. Volume IV, no., nova série, janeiro-abril 1997.

- vimento econômico. Uma breve resenha histórica e crítica. ANPEC. 1986.
- Lesbaupin, Ivo & Abreu, Antônio. Comunicação & política. Volume IV, no., nova série, janeiro-abril 1997.
- Maluguti, Manoel; Carcanholo, Reinaldo e Carcanholo, Marcelo. (orgs.).
Neoliberalismo: A Tragédia do Nosso tempo. Cortez editora. Coleção
Questões de Nossa Época, vol.65. 1998.
- Mantega, Guido. A economia política brasileira. Metrôpoles: 1991, vozes..
- Marx, Karl. O capital. Livro 1, volume II.
- Mattei, Lauro. Breves considerações sobre a globalização. In: II Encontro Nacional de Economia política. São Paulo: PVC, pg. 65 – 77, 1997.
- Oliveira, Gerner. Brasil Real – Desafios pós-estabilização na virada do milênio. São Paulo. mandarim, 1996.
- O Povo. Opinião, pg. 6ª 18/6/1999.
- O Povo. Economia, pg. 7E. 28/2/1999.
- Sabóia, João L. M. Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise (1980 – 1983). Revista de Economia Política, vol. 6, no. 3, jul/set 1986.
- Sawaya (org.). O Plano Real e a Política Econômica. Cadernos PUC de Economia. EDUC. São Paulo. 1996.
- SINE/CE. Indicadores Médios Anuais do Mercado de Trabalho. Municípios de Fortaleza. Agosto de 1998.
- Singer, Paul. O Brasil na crise – Perigos e Oportunidades. São Paulo: contexto; 1999.
- Souza, Nali de Jesus de. Desenvolvimento Econômico. São Paulo. Atlas AS. 3ª edição. 1997.
- Uchoa, José de Freitas. Dimensão e Natureza do setor informal urbano da

Região metropolitana de Fortaleza e os municípios de médio porte do Ceará. Fortaleza – Ceará. 1983.

Vasconcelos, M. A S. (et. at,) Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo. Atlas, 1996.

Você tem medo de perder o emprego? Assombração Nacional. Veja, São Paulo: Ano 31 – no. 6, pg. 68 – 73, fev. 1998.